

NADJA KARIN PELLEJERO

DIREITOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS NAS MÚLTIPLAS
ESCALAS ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: A LUTA PELA MORADIA
NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS

Dissertação apresentada como requisito
ao título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora Profa. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Pelotas, setembro de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

P387d Pellejero, Nadja Karin.

Direitos sociais e ações coletivas nas múltiplas escalas entre o local e o global: a luta pela moradia no Município de Rio Grande) / Nadja Karin Pellejero. – Pelotas, 2009. 110f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

1. Movimentos sociais. 2. Globalização. 3. Redes sociais. 4. Zona portuária. 5. Urbanização. 6. Políticas públicas. I. Ribeiro, Maria Thereza da Rosa, orient. II. Título.

CDD 307.76

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Prof. Dr. Álvaro Augusto Borba Barreto

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky

Prof. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam – apesar das adversidades –
que um “outro” mundo melhor é possível...

Agradecimentos

Agradeço a Deus e a todas as forças superiores por não me deixarem esmorecer nos momentos mais difíceis desta trajetória.

À UFPEL pela oportunidade de ter estudado em um curso de Pós Graduação gratuito e de grande qualidade, o qual tanto contribuiu para meu crescimento como profissional e como ser humano.

A minha orientadora Maria Thereza Ribeiro pela paciência, pelos conhecimentos que me transmitiu e, principalmente, por ter acreditado em meu potencial incentivando-me sempre a melhorar e apoiando-me para que eu pudesse concluir esta jornada.

Aos professores do mestrado que me oportunizaram aprender muitas coisas excelentes através de suas experiências e conhecimentos: Maria Thereza Ribeiro, William Soto, Álvaro Barreto, Daniel Mendonça, Flavia Rieth, Beatriz Loner, Pedro Robert.

Aos meus amados pais Adel e Luiza, por tudo o que sou, pelo amor sem tamanho, e por estarem sempre ao meu lado incentivando-me a lutar sempre por aquilo que acredito.

A minha pequena adorada filha Anna Luiza cujo sorriso, abraço e amor incondicional – apesar de todas minhas ausências nestes difíceis anos - foram combustíveis que me deram forças para vencer.

Ao meu querido amado Ricardo pela compreensão, amor, apoio, carinho e companheirismo diário que tornaram meus dias sempre melhores.

Ao meu querido e amado irmão David, por sua presença em meus pensamentos –apesar da distância – mostrando-me com seu exemplo de coragem e retidão que é preciso perseverar.

Aos meus amigos Danilo e Lizete, pessoas essenciais em minha vida cúmplices de toda esta jornada, cujas palavras sempre exatas surgiam no momento em que mais precisava delas.

A Rejane amiga e – mãe de Danilo – que me “adotou” com carinho em sua casa, principalmente nas noites frias de inverno, entre um dia de aula e outro.

A Eliete - profissional e ser humano excelente - que me devolveu a lucidez e a tranqüilidade para enfrentar meus medos e dificuldades.

A querida Amiga que tanto admiro - Laíne (Pomberana) - por seu sorriso sincero, pela compreensão, amizade e carinho sem limite, construídos ao longo destes quase 03 anos.

A querida Anaí, pela longa amizade e irmandade que nos une, pelas boas conversas, pela sua serenidade, caráter, bondade e exemplo de superação.

As amigas Marília e a querida Graça, pelo carinho, incentivo e pelos muitos cafés e conversas compartilhadas.

A Roberta, e Dieni amigas especiais que também fizeram parte desta minha trajetória.

As amizades firmadas com os colegas: Lauro, Paulo, Alexandre, Camilo, Leonardo, Sabrina, Roberto, Gilson, Jair, Liana, Lourdes.

Aos queridos amigos de “muito longe” - os quais também estavam presentes em meus dias – que com a sinceridade de suas palavras “cúmplices” e incentivadoras foram muito importantes em minha vida: Em especial a José Armando (São Paulo) como também: Clotilde (Holambra SP), Sandra (Lisboa), César (Londres) e Sueli (Nova Prata RS).

A Júlio e Márcia que souberam entender minhas ausências do meu local de trabalho e sempre me apoiaram para que pudesse cursar e concluir este mestrado. A querida Carol companheira de labuta pela sua amizade, dedicação e simpatia. A Tina a quem admiro, que sempre me recebeu com carinho e ajudou-me com aporte didático, disponibilizando-me material de pesquisa.

As pessoas que entrevistei, por terem me trazido mais conhecimento e por terem se interessado em me ajudar a realizar esta pesquisa.

Por fim, obrigada a todos que de alguma forma colaboraram e acreditaram em meus sonhos e em minha capacidade para chegar até aqui.

*Hay hombres que luchan un día y son buenos
Hay otros que luchan un año y son mejores
Hay quienes luchan muchos años y son muy buenos
Pero hay los que luchan toda la vida
Esos son los imprescindibles.*

Bertold Brecht (1898-1956)

Resumo

O tema escolhido refere-se aos novos movimentos sociais que surgiram como formas de resistência ao processo da globalização em esferas públicas locais, especificamente, no município de Rio Grande/RS, na denominada zona de expansão portuária. Neste trabalho, será analisada a importância destes movimentos urbanos como agentes transformadores de suas realidades sociais, dada a dificuldade do poder estatal em proporcionar alternativas que visem resgatar a dignidade e a cidadania de comunidades que se encontram à margem do sistema capitalista. O caso em estudo refere-se às desocupações sistemáticas a partir do ano de 2000, que ocorreram e ainda ocorrem nos bairros e comunidades adjacentes ao porto de Rio Grande. Observou-se que o poder público local, inicialmente, não atendia a estas demandas populares, pois não havia um planejamento das referidas desocupações nem um projeto para ser apresentado às comunidades afetadas, porém após muitas reivindicações e mobilizações dos moradores tal realidade foi modificada. Nesta dissertação também será discutida a questão do espaço público e dos sujeitos envolvidos em seu contexto, abordando questões locais e de identidade dos indivíduos que compõem tais organizações, considerando as transformações ocorridas na última década, na qual tem se acelerado o processo de globalização.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Resistência. Globalização. Zona de Expansão Portuária. Identidade. Redes Sociais. Urbanização. Políticas Públicas.

Abstract

The theme chosen refers to new social movements which appeared as forms of resistance to the globalization process in local public environments, especially in the city of Rio Grande/RS, in the so-called portuary expansion zone. In this present paper, the importance of these urban movements as transforming agents of these social realities will be analyzed, given the inefficiency of the state power to propose alternatives which aim at recuperating the dignity and the citizenship of communities found under the power of the capitalist system. The case study refers to systematic placements, which have happened since the 2000s and still happen in suburbs and areas bordering the Rio Grande port. It has been observed that, initially, the popular demands were not responded properly, as there was no planning for these placements nor a project to be presented to the affected communities, although after many protests from the inhabitants such reality was modified. In this dissertation, the matter of public space and the subjects involved within the context will also be discussed, approaching local topics as well as the identity of individuals who are members of such organizations, considering the changes occurred in the last decade, when the globalization process has been accelerated.

Key words: Social movements. Resistance. Globalization. Portuary Expansion Zone. Identity. Social Networks. Urbanization. Public Policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

BGV – Bairro Getúlio Vargas

DEPREC – Departamento de Rios e Canais

FURG – Fundação Universidade Federal de Rio Grande

IRGA – Instituto Rio-grandense do Arroz

NAU - Núcleo de Análises Urbanas

MNLM – Movimento Nacional da Luta pela Moradia

MPE – Ministério Público Estadual

PAC – Plano de Aceleração Econômica

PMRG – Prefeitura Municipal de Rio Grande

PBDH - Plataforma Brasileira de Direitos Humanos

SUPRG – Superintendência do Porto de Rio Grande

SMCAS - Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

PAR - Programa de Arrendamento Residencial.

SMHCP - Secretaria Municipal de Habitação Coordenação e Planejamento.

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1. O problema das conceituações: ações coletivas ou movimentos sociais?.....	18
1.1 Gohn e os novos movimentos sociais.....	33
1.2 Scherer-Warren: concepções sobre movimentos sociais e redes.....	35
1.3 A construção da ação coletiva nos movimentos sociais urbanos no Brasil.....	42
CAPÍTULO II	
2. O surgimento dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza em Rio Grande/RS.....	48
2.1 A zona de expansão portuária e o processo de urbanização.....	55
2.2 O papel da Administração Portuária e da Prefeitura Municipal no processo das remoções.....	59
2.3.Os Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza, seus moradores e reivindicações.....	62
2.4 As características territoriais e estruturais dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza	71
CAPÍTULO III	
3. Globalização: aspectos teóricos.....	77
3.1 Primeiras considerações.....	77
3.2 O papel dos portos no processo da globalização.....	81
3.3 A Sociedade Local e a Sociedade Global, direitos sociais e escalas espaciais do capitalismo contemporâneo.....	83
3.4 Políticas Públicas, espaço público urbano, conceitos e aplicações quanto à moradia.....	89
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	100
APÊNDICE	104

INTRODUÇÃO

Busca-se neste trabalho analisar a importância dos movimentos sociais como agentes transformadores, pois na pesquisa elaborada evidenciou-se a dificuldade do poder municipal em proporcionar alternativas que visassem resgatar a cidadania e o direito à habitação das pessoas moradoras em bairros e vilas da zona portuária, que estão sendo retiradas de seus locais de origem com a perspectiva de serem forçadas a se transladar para locais muito distantes e sem infra-estrutura adequada.

Desta forma, as ações coletivas das associações dos bairros – Getúlio Vargas e Santa Tereza - têm estimulado a participação dos moradores através de reuniões, assembléias e fóruns de discussões, que objetivaram pressionar o poder público por meio de mobilizações, as quais lograram êxito no intuito de que tais moradores não fossem tão prejudicados.

O recorte espacial é feito na zona de expansão do porto da cidade de Rio Grande, onde, desde a década de 90, são realizadas obras e projetos de construção que originaram diversas desocupações, afetando as pessoas que ali viviam. Tais desocupações se aceleraram a partir do atual processo de globalização, pois com a ampliação de novos mercados houve a necessidade de novos espaços e atendendo a esta demanda de mercado global, grandes áreas foram e continuarão sendo “esvaziadas”.

Quanto ao espaço focado, os Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza servirão como “norteadores” desta pesquisa, sendo escolhidos por abrigarem um maior contingente populacional afetado.

Assim, diante do quadro apresentado, considerar-se-á o surgimento de um novo formato organizativo denominado de movimentos sociais, os quais promovem ações estabelecidas entre diversos segmentos, tais como: organizações populares,

entidades político-culturais, organizações não-governamentais e atores sociais comprometidos na luta contra estes efeitos de uma economia globalizada e excludente.

Partindo destas considerações tem-se por problema de investigação a seguinte indagação: Quais são os limites e as possibilidades dos novos movimentos sociais reconstituírem identidades a partir da luta pela moradia e cidadania contra a exclusão?

Esta pergunta está ancorada na hipótese de que as redes de movimentos sociais contribuem para a formulação de novas práticas políticas que contemplam a diversidade social e cultural dos atores envolvidos.

Assim, os objetivos propostos para desenvolver este trabalho são:

1. Análise da interação entre os moradores pertencentes aos bairros afetados pela expansão portuária (a qual se vincula ao processo da globalização) e os movimentos sociais que surgem como forma de reação a estes processos.

2. Discussão sobre o papel atual das redes de movimentos sociais (Associações de Bairros) e das novas práticas políticas, e os interesses da diversidade social contemporânea, sendo estes não apreensíveis em um só conceito.

3. Avaliação da construção de um espaço público, a partir das ações destes atores envolvidos no conflito social gerado pela desocupação de áreas nos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza.

4. Observações quanto à forma de implementação de políticas públicas atinentes à moradia, fomentadas pelo poder local (prefeitura, secretarias municipais, câmara dos vereadores e conselhos).

Quanto à metodologia utilizou-se a quantitativa e qualitativa, foi realizada a coleta de dados consultando-se processos administrativos na Assessoria Jurídica do Porto de Rio Grande referentes a cedência de áreas para o reassentamento das famílias que serão removidas.

Ainda, foram analisados processos que tramitam no Ministério Público Estadual, referentes às denúncias oriundas das próprias Associações de Bairro estudadas, e de outras comunidades que não estão enumeradas nesta pesquisa, mas que também serão removidas.

Tais denúncias mencionavam a violação de direitos humanos e a falta de diálogo entre Prefeitura e moradores. Esta iniciativa de reivindicação junto ao MPE

foi um marco dentre as conquistas destas famílias, desencadeando o reconhecimento de seus direitos e a abertura para um diálogo mais justo com o poder local, conforme será visto no decorrer do trabalho.

Na pesquisa fomentada foi utilizado também o importante Relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos relacionado à moradia adequada na Terra Urbana, cujos relatores - que possuem vinculação com o Governo Federal e organizações internacionais - estiveram em missão no município em novembro de 2007.

Ainda fizeram parte do material: atas das reuniões realizadas nas comunidades e na Câmara dos Vereadores da cidade, como também audiências públicas que reuniram parte da população, membros do poder judiciário, executivo e legislativo. Também houve a consulta de mapas do plano de zoneamento do porto, bem como, notícias coletadas no jornal local referentes ao problema das comunidades envolvidas, às suas associações de bairro e aos movimentos sociais que, em decorrência desta situação, se organizaram e começaram a atuar, reivindicando seu espaço nesta conjuntura contemporânea globalizada.

Por fim, foram feitas entrevistas com representantes dos diversos segmentos envolvidos: Superintendentes do Porto de Rio Grande¹, Secretário Municipal de Habitação Coordenação² e Planejamento da Prefeitura Municipal, Promotoria de Defesa Comunitária³, lideranças do Movimento da Luta pela Moradia⁴, e moradores mais antigos nestas zonas, onde houve e está havendo essas desocupações, no sentido de analisar os impactos em suas vidas e de como estão se organizando em movimentos sociais.

Quanto aos moradores entrevistados, salienta-se que tais escolhas foram realizadas em virtude de indicações das lideranças das Associações de Bairro, priorizando os que moravam há mais tempo em tais localidades. As entrevistas foram

¹ No início do processo das remoções as tratativas foram feitas com o superintendente Bercílio Luiz da Silva e posteriormente assumiu e conduziu tal processo Vidal Áureo Mendonça.

² Engenheiro Paulo Cuchiara responsável pela coordenação geral para acompanhamento das remoções noticiadas.

³ O primeiro promotor – Francisco Simões Pires - que acolheu as denúncias oriundas das Associações de Bairro não foi possível entrevistá-lo devido ao fato deste não mais residir no município, sendo analisados os inquéritos, ofícios e despachos exarados pelo mesmo, porém foi realizada entrevista com a Assessoria do atual promotor José Alexandre Alan.

⁴ Optou-se por priorizar as informações trazidas pelas lideranças que tem organizado as mobilizações e que devido a sua articulação e as conquistas realizadas consolidando o engajamento e a luta destes movimentos sociais, sendo estes representados por: Gilmar representante do MNLM em Rio Grande, Assis (presidente da associação de bairro do BGV) entre outros.

realizadas com a aplicação de questionários em um sistema de amostragem e degredadas posteriormente para análise. As entrevistas foram feitas no período de 2007 a 2008. Foram selecionadas 10 pessoas de famílias diferentes - indicadas pelas lideranças e por moradores da região - devido ao fato de morarem a bastante tempo no bairro, e, também algumas por estarem engajadas nas discussões sobre o problema das remoções.

As perguntas foram conduzidas no sentido que pudessem captar a história da comunidade, a vocação desta (atividades que as pessoas exercem), o sentimento quanto às remoções e por fim, a forma como as negociações com os entes públicos – Prefeitura Municipal e Superintendência do Porto de Rio Grande foram conduzidas.

A última documentação trazida neste trabalho - relativa a dados das comunidades afetadas - na qual se traçou um perfil socioeconômico destas, foi uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Análises Urbanas da Fundação Universidade de Rio Grande em parceria com MNLN (Movimento Nacional da Luta pela Moradia), SUPRG (Superintendência do Porto de Rio Grande), e PMRG (Prefeitura Municipal de Rio Grande).

Espera-se, com esta dissertação, traçar um panorama dos movimentos sociais urbanos contemporâneos, analisando-os em sua dinâmica a partir de uma escala local observada e pesquisada no município gaúcho de Rio Grande.

A exemplo do que ocorre em muitas cidades brasileiras, especialmente em regiões portuárias e de instalações de indústrias, observa-se que as mobilizações que ocorrem nestas “redes de movimentos populares” são relações que buscam “novas alternativas” de inclusão.

A pesquisa em zonas periféricas na cidade traz à tona a problemática da relação entre os múltiplos espaços que a integram. Os bairros adjacentes aos centros urbanos encontram-se cada vez mais próximos e conectados aos núcleos centrais, devido à progressiva expansão destes em direção às áreas menos ou mais densificadas.

É possível pensar que, entre estes espaços aparentemente distintos na cidade, formam-se elos estabelecendo relações particulares de dependência que não deixam de interagir com os próprios centros.

Diante do exposto, optou-se por desenvolver a dissertação em três capítulos assim descritos:

O capítulo primeiro inicia com uma problematização quanto a questões conceituais referentes às terminologias como ações coletivas e movimentos sociais, a partir disso é traçada uma análise histórica que traz consigo discussões entre teorias clássicas e contemporâneas.

É explicado, no item número um, a relevância de uma reinterpretação dos modelos clássicos de movimentos sociais, assim como a necessidade de que sejam feitas novas análises, as quais não os considerem somente como formas de resistência, mas sim, como formas de lutas pela inclusão.

No item subsequente retoma-se a discussão em torno de conceitos e paradigmas que nortearam as formações teóricas no Brasil. É fomentada uma reflexão em torno do que seriam as identidades, e de como os vínculos estabelecidos passariam pela elaboração de sistemas simbólicos e discursivos que propiciariam elementos de identificação dos sujeitos.

Ainda são analisados teóricos que estudam a formação destes vínculos e as redes sociais que surgem, com abordagens nas relações sociais a partir de suas estruturas, funcionalidades e configurações territoriais.

Por fim, no último subitem é feito um 'resgate' histórico dos movimentos sociais urbanos no Brasil, concluindo-se que na última década houve um aumento significativo da participação social com o surgimento de novos canais de negociação para as demandas sociais.

No capítulo segundo, é feito um levantamento sobre a origem histórica dos bairros pesquisados, sua situação geográfica e a importância da zona portuária para o surgimento de novos núcleos populacionais devido a migrações de mão-de-obra de outras regiões para trabalhar, não somente, no próprio porto, mas também, no entorno industrial que foi criado.

Delimitou-se o marco inicial da criação das associações de bairro e movimentos sociais a elas relacionados com ênfase nas suas atuações e discussões travadas nos últimos anos. Tal capítulo, para uma melhor compreensão subdividiu-se em 4 subitens, assim expostos: O inicial refere-se ao surgimento dos bairros, a seguir é explicado o que significa a zona de expansão portuária e como se deu nesse local o processo de urbanização. A seguir é analisada a dinâmica das instituições públicas envolvidas no processo de remoção das famílias, no último item

são feitas análises quanto às reivindicações e conquistas obtidas por estes movimentos sociais.

Por fim, o terceiro capítulo inicia-se traçando uma discussão sobre os diferentes entendimentos quanto aos significados da “globalização”, em prosseguimento, é fomentada uma análise quanto ao papel dos portos no processo da globalização, no item subsequente são enfocadas as questões relativas aos novos desafios da modernidade frente aos reflexos da “globalização”, e aos seus desdobramentos dentro de conceituações como: cidadania, organizações sociais e os “papéis” do Estado e dos poderes locais, principalmente, quanto ao incentivo de políticas públicas relacionadas à moradia.

Em síntese, nesta dissertação, partiu-se do fato de que todos os movimentos possuem reivindicações, e que no seu âmago estas reivindicações significam, via de regra, uma luta por reconhecimento de direitos já existentes, mas que não possuem alcance a todos os segmentos da sociedade.

Como consequência, e como contradição, em meio a um quadro de desigualdades e de exclusões, pode-se observar a presença de reivindicações e lutas sociais nos locais de moradia como forma de luta pelo direito à cidade, o que se dá de diferentes formas, expressas no cotidiano dos bairros da periferia urbana.

Depreende-se que a prática e a temática dos movimentos sociais se incorporam como objetos de estudo das ciências humanas e sociais, e que se projetam, em seguida, como um novo paradigma, devido à grande importância analítica que tais estudos atingiram.

A realidade do espaço urbano faz com que tais reivindicações passem a ser um instrumento de luta e sobrevivência social, por meio da ação política cotidiana. É nesse contexto que emerge a importância da ação destes novos movimentos, os quais consolidam os processos da luta coletiva, manifestando-se estas como um importante instrumento de coexistência social.

CAPÍTULO I

O problema das conceituações: ações coletivas ou movimentos sociais?

Este capítulo inicial traz uma reflexão sobre os movimentos sociais, posto que, qualquer abordagem que se pretenda levar adiante deve partir de um questionamento primordial de como são conceituados e o que significam tais movimentos. Percebe-se que há, muitas vezes, certa dificuldade em caracterizá-los, pois, apresentam significados distintos conforme a perspectiva e o contexto sobre os quais se desenvolvem. Ao fazer uma leitura direcionada de artigos e livros e assistir seminários, notou-se que um dos fatores que dificultam sua conceituação é denominar várias formas de ação coletiva como sendo estas “movimentos sociais”.

Tais imprecisões e diferenciações relacionam-se a conflitos entre o conhecimento empírico e o teórico, pois, prioritariamente, a conceituação emerge das lutas sociais para depois, em um segundo momento, ser apreendida pelos pesquisadores e teóricos que passam a dedicar-se a seu estudo.

Entretanto, uma maior compreensão da literatura e uma abordagem histórica sobre os movimentos sociais são interessantes para o aperfeiçoamento da teoria, quando confrontada com os fatos empíricos pesquisados.

Assim sendo, desenvolver-se-á esta temática, com algumas abordagens da teoria clássica e seus paradigmas⁵, junto ao questionamento destes estudos na aplicação dos conceitos atuais. É preciso que se considere o momento histórico onde as teorias relacionadas a movimentos sociais estão inseridas, assim como todas as transformações que ocorreram ao longo destes séculos. Alexander (1998, p.02 e 03), ao analisar esta problemática, aborda a necessidade de uma reinterpretação dos modelos clássicos de movimentos sociais ao considerar que “o modelo clássico referente aos movimentos sociais vem sendo secularizado, invertido e atualizado, sem, contudo, ser substituído”. O modelo clássico, por ele discutido, entendia os movimentos sociais como revolucionários que tomariam o poder, ressaltando o aspecto social sem considerar o cultural e simbólico.

Afirma ainda Alexander que se deve a Alain Touraine a elaboração dessa reconstrução histórica dos movimentos sociais "clássicos" e do seu quadro teórico. Logo, segundo Alexander (1998, p. 09) "*Os velhos movimentos sociais, por serem associados à idéia de revolução, originaram uma análise direcionada às formas de poder, à violência e ao controle*". Para Touraine, a sociedade do século XIX foi norteadada pelo pensamento social materialista, o qual, sem dúvida, influenciaria o século seguinte pelo fato de entender-se que os recursos tecnológicos e econômicos seriam as bases edificadoras das formas organizacionais sócio-políticas.

Por conseguinte, o discurso do movimento social como um movimento revolucionário era atrelado ao sentido de que as relações econômicas estariam vinculadas a qualquer mudança social que houvesse, tal discurso apresentava-se neste sentido:

(...) Em conseqüência disso, a narrativa revolucionária segundo ideais marxistas, declarou que só depois do estabelecimento de novas formas de estrutura, somente depois que as transformações técnicas permitissem a redistribuição eqüitativa de bens e serviços, é que considerações de ordem ética, moral e cultural seriam levadas em conta. (ALEXANDER, 1998, p. 10 e 11).

Verifica-se que, em Touraine (1998), inicia-se a problematização do modelo clássico, pois mesmo realizando uma abordagem histórica sobre as

⁵ Segundo GOHN (1997, p.13) paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve-se a constatação de que na ciência um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias.

mudanças sociais, entendeu que a revolução como prática deveria ser vista na acepção de seu declínio histórico, e não nas suas deficiências teóricas.

Com base nesta visão, os autores contemporâneos não supervalorizaram tanto os arranjos institucionais, mas sim, deram a relevância devida aos movimentos sociais. Para Touraine, tais movimentos pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do seu sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos.

Defendendo esta perspectiva, afirma que:

O termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.(TOURAINÉ, 1998, p. 123)

Assim sendo, depreende-se a necessidade de introduzir uma correção, ao mesmo tempo histórica e teórica, no enfoque clássico para incluir os significados culturais, as identidades psicológicas, as redes e seus contextos locais, para que se efetue um estudo crítico dos novos movimentos sociais⁶.

Este novo entendimento sociológico, que teve sua matriz originária na Europa⁷ e posteriormente nos Estados Unidos⁸, e foi difundido em países latino-americanos, estuda os movimentos sociais a partir de uma perspectiva que considera a contingência e a subjetividade dos atores envolvidos sem, contudo, esquecer os aspectos históricos e institucionais. Tal aspecto que reconhece a centralidade da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos exige que

⁶ Para MELUCCI (1994 p. 56) Os novos movimentos sociais são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas tais como: o que é a “ação social?”.

⁷ Sob esta questão GOHN (1997, p. 46) muito bem esclarece que há dois paradigmas europeus predominantes o primeiro sob o enfoque marxista e o segundo, o dos “novos movimentos sociais”, sendo que cada um é subdividido em várias correntes, as que seguem o primeiro enfoque priorizam seus estudos nos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais; já as que se direcionam ao segundo enfoque partem de análises mais conjunturais, fazendo recortes na realidade para observar a política, os novos atores sociais, identidades e redes.

⁸ Veja-se que o paradigma norte-americano foi decisivo para alterações nas abordagens efetuadas pelos seguidores do paradigma europeu, originando uma nova corrente teórica envolvendo europeus e americanos. Tal viés será mais bem trabalhado ao longo desta dissertação, pois é um marco nos estudos relacionados a movimentos sociais libertários e nas lutas populares por espaço e moradia que abrange o meio rural e urbano – sendo que as últimas mencionadas, por serem objeto do presente estudo, terão um maior aprofundamento.

sejam ultrapassados os limites de um modelo teórico enraizado no materialismo histórico⁹.

Seguindo este entendimento, se evidencia nestes novos estudos uma vinculação do crescimento da subjetividade às transformações empíricas ocorridas no plano da macroestrutura, tendo em vista, a passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial.

Logo, a discussão destes conceitos parte do princípio de que as transformações históricas, verificadas na produção do conhecimento, tornaram obsoletos os movimentos revolucionários pioneiros, devido à avaliação de que a “centralidade” das necessidades materiais e econômicas no modelo clássico se desloca em novos movimentos sociais os quais possuem uma orientação voltada para as identidades e novos vínculos.

Ainda não se pode deixar de ressaltar a influência de Karl Marx, um dos pioneiros do denominado “movimento revolucionário” no século XIX, o qual delineou o modelo clássico – já analisado no início deste capítulo - na medida em que, em seus estudos, enfatizava os interesses econômicos e materiais, relegando a um momento posterior análises direcionadas à solidariedade e à identificação dos atores envolvidos.

Na análise do sociólogo Ruscheinsky (1999):

A consciência como identidade de classe é o principal referencial que se extrai da contribuição de Marx à temática em destaque. O referencial é a passagem pelo outro para chegar a si mesmo. O sujeito já não é somente uma redoma sobre si mesmo, mas para se constituir passou pelo coletivo. A identidade chega ao seu topo quando assume o patamar da consciência de classe, portanto identifica o seu inimigo e reconhece os agentes sociais idênticos que conformam cada classe. (RUSCHEINSKY, 1999, p.44)

No capitalismo, em sua fase industrial, a cultura dominante era fomentada por discursos baseados no interesse coletivo e, em sua forma, enfatizava o materialismo, o crescimento econômico, o progresso e a organização das estruturas. A passagem para uma sociedade da informação deu origem a uma lógica cultural de relações subjetivas, com primazia pela individualidade e busca conceitual de

⁹ O materialismo considera a produção e a reprodução como processos sociais essenciais, que influenciam ou até mesmo determinam o caráter básico dos sistemas sociais, os padrões de vida a eles associados, e os padrões de mudança histórica e desenvolvimento.

identidade. A sociedade pós-industrial, conforme Touraine (1998), *apud* Alexander, (1998, p. 06) pode ser vista como:

Criativa e expressiva, mas também constantemente orientada para uma ordem simbólica totalizadora. A ordem normativa geradora do consenso estimula não só a reprodução, como a mudança dos padrões vigentes e, na realidade, insiste em dizer que apenas uma orientação para a ordem normativa pode estimular uma mudança social radical. (TOURAINÉ, 1998, p. 246)

Sob outro aspecto, conclui-se que, entre os autores mencionados, Marx e Touraine, há uma notável diferença, pois o segundo, defende a idéia de que o movimento social “revolucionário” do modelo clássico seria um reflexo de uma luta por um controle cultural e não uma luta pelo controle físico do poder.

Entendia Touraine que o movimento social seria um luta coletiva iniciada pelos atores de uma classe, cuja finalidade seria obter o controle social das orientações culturais de uma determinada coletividade.

Contudo, nos anos 60 e 70 do século passado, o início do avanço tecnológico trouxe consigo outra forma de dominação¹⁰, devido ao fato de que há uma invasão na esfera individual e na própria liberdade do sujeito, limitando que este se reconheça não somente no seu espaço e tempo, mas também, dentro de suas relações sociais. Desta forma, há uma significativa modificação referencial de como o sujeito passa a ser concebido dentro deste sistema.

Logo, para que os movimentos sociais pudessem ser instrumentos eficazes e adaptem-se a esta nova realidade, necessitaram mudar à sua estrutura. Historicamente, situa-se o final da década de 60 como o momento de crise das sociedades industriais, ressaltando que não se trata de uma análise evolucionista, mas sim, a percepção de um desgaste dos valores e atores dessas sociedades atreladas ao processo de industrialização e à luta de classes, consolidados a partir do século XIX.

Se for considerada a América Latina, observa-se que as sociedades latino-americanas têm características históricas peculiares que, sem dúvida, contribuíram para a formação de seus “atores sociais”. Estas nações podem ser caracterizadas,

¹⁰ Diferente da dominação conceitualmente trazida pela “sociologia da dominação” de Max Weber, a qual desempenha papel nas formas de ação em que o poder exercido tem a sua vigência, na aceitação pelo grupo e na qual a norma estabelecida determina o tipo de poder, sendo a dominação orientada pela finalidade de impor regularidade na atitude de cada indivíduo.

conforme aborda Touraine, como oriundas de um passado colonial no qual existiram, simultaneamente, diversos segmentos da sociedade estratificados como, por exemplo, sociedades mercantis, industriais, entre outras. Ao repensar a trajetória social e política destas nações, afirma o autor que:

A especificidade dos processos sociais e políticos latino-americanos permanece tão marcada hoje, quanto o era há meio século, e até se fortaleceu sob muitos aspectos. (...) Não se trata aqui somente de uma escolha de princípio, mas também da procura concreta das condições de sobrevivência e de recuperação de países atingidos por uma crise profunda, e que se não aumentarem sua capacidade de iniciativa política correm grande risco de serem arrastados na decomposição. (TOURAINÉ, 1989, p. 24)

Deve-se considerar também que o regime autoritário - no Brasil principalmente - não logrou êxito em mobilizar os movimentos a seu favor, muito diferentemente do que se vivenciou no Estado populista, que controlou o movimento sindical.

No entanto, neste interlúdio o sociólogo Touraine observa o “renascimento do social” através da presença de novos atores em cena, e assim começa a analisar tais questões no âmbito da modernidade não somente considerando a racionalização, como também, a tensão e os conflitos oriundos desse novo campo marcado pela subjetivação¹¹.

Situando-a no contexto onde há o nascimento desse “novo sujeito” nessa sociedade pós-industrial definida por Touraine (1991, p.37) como “*um tipo de sociedade que aparece quando se passa dos bens materiais aos bens culturais e quando o problema da cultura e da personalidade se torna mais importante e central do que o problema econômico*”.

Seguindo esta linha de argumentação traduzida pelo binômio razão e sujeito, o autor elucidará mais ainda em seus estudos recentes esta questão, ao afirmar que:

*De um lado, a nossa sociedade de produção e de consumo de massa, de empresas e de mercados, é animada pela razão instrumental. Ela é um fluxo de transformações e um conjunto de estratégias de adaptação e de iniciativa num meio ambiente instável e fracamente controlado. De outro lado, nossa sociedade está ocupada pelo desejo individual e pela memória coletiva pelas pulsões de vida e de morte e **pela defesa da identidade coletiva**.* (TOURAINÉ, 2002, p. 231 e 232 - o grifo é meu).

¹¹ TOURAINÉ (2002, p.222) afirma que: “a subjetivação é a penetração do sujeito no indivíduo, e, portanto, a transformação – parcial – do indivíduo em sujeito”.

Parte-se assim de uma reapropriação do próprio conceito que reivindica o controle sobre os recursos produzidos pela sociedade e, com isto, tem-se o deslocamento de lutas a um novo território conforme já explicitamos.

Em conseqüência, há também um novo direcionamento nas análises, que até então se fundamentavam, via de regra, em críticas ao modelo clássico, e que passam para uma reflexão em torno da denom

inada “Teoria da Ação”, que identifica o movimento social, não somente, como um produto da sociedade capitalista, mas percebe também a identidade social e pessoal dos indivíduos oriundas da ação social.

Logo, para que nessa transição se compreenda melhor a Teoria da Ação é preciso retroceder no espaço-tempo das elaborações e pesquisas efetuadas por Touraine. Desta feita, é necessário distinguir três momentos na sua produção teórica. Um primeiro momento, em que é estudado o movimento operário; um segundo momento, marcado pelos movimentos estudantis de maio de 1968, quando Touraine se dedica a estudar os novos atores; e um terceiro momento, que está se constituindo e está relacionado ao que será desenvolvido no contexto deste trabalho.

Assim sendo, este terceiro momento da produção teórica é o momento atual, no qual o autor principia seus estudos com observações referentes às dificuldades em tentar interpretar os novos movimentos sociais através dos antigos conceitos oriundos, principalmente, do movimento operário. Touraine afirma que:

Agora chegou a terceira etapa, que, de certa maneira, está começando (...) os verdadeiramente novos movimentos sociais são mais culturais do que sociais. Em nossos países, o fato principal não é a industrialização, mas a produção e difusão industrializadas e maciças de bens culturais simbólicos, não materiais: linguagens, imagens, e informações. Em termos concretos, estou convencido de que os terrenos mais importantes na sociedade pós-industrial, que alguns também chamam de sociedade programada, são o hospital, a escola e a televisão. Três setores nos quais se concentre o poder de manipulação e criação de sistemas de informação. (...) o conflito não se dá entre classes, mas sim entre o ator, enquanto ator - eu prefiro dizer enquanto sujeito - o sujeito como capacidade e vontade de ser uma pessoa, um indivíduo e o sistema de produção e comunicação de bens culturais, as indústrias culturais como dizem muitos.(TOURAINÉ, 2002, p. 33/34)

A Teoria da Ação defendida por Touraine consiste em mostrar que, além do funcionamento e das estratégias, é preciso que a sociologia considere a

capacidade de produção das variáveis culturais, que orientam a atividade humana, como objeto de análise e como um nível específico da ação social.

Para este autor, dentro da Teoria da Ação, o movimento social é visto como um conceito analítico, teórico, que poderá ser visualizado através do estudo de conflitos onde atuem atores sociais que partilhem de um mesmo campo social – estando inseridos dentro de um sistema de ação histórica - e que, através de sua prática social, questionem a orientação da historicidade.

Sob este prisma, partir-se-á do princípio de que a “ação” é entendida como “ação coletiva” sendo que se constatou que esta “ação coletiva” é o que motiva as pessoas envolvidas nas reivindicações estudadas lideradas pelas Associações dos Bairros Santa Tereza e BGV.

Retornando ao trabalho de Touraine, verifica-se que a idéia central da nova teoria gira em torno de conceber o movimento social somente quando a ação coletiva o direciona e o insere nos interesses sociais. O movimento social articula-se a livre escolha política, na qual cada ator envolvido neste processo se proporia a engajar-se, mediante a idéia de que lutaria não apenas pelos seus interesses particulares, mas também, pelos interesses coletivos.

Quanto à questão da subjetivação, para que melhor se analise o referencial conceitual de ação coletiva, esta entende que o sujeito como sendo aquele que possui a vontade de agir e também a vontade de ser reconhecido como “ator”. O termo “ator” deve ser definido pela sua relação com dois outros termos – indivíduo e sujeito - sendo que para Touraine (2002, p.220) “*o indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência*”.

Porém, importante também trazer a distinção feita por Ruscheinsky ao explicar que:

Não há igualdade entre identidade e indivíduo, como se fossem termos com o mesmo status. O indivíduo se funde e se confunde com o ser social, existindo apenas em família ou sociedade. A referência à noção de identidade se dá no contexto do coletivo, em que a possibilidade da identidade coletiva pelo movimento social remete diretamente ao contexto social em que se localiza. (RUSCHEINSKY, 1999, p. 42).

Sobre a idéia da subjetivação, assim afirma Touraine:

A subjetivação destrói o Ego que se define pela correspondência de comportamentos pessoais e de papéis sociais e é construído pelas interações sociais e pela ação de agências de socialização. O Ego se parte: de um lado o Sujeito (o Eu e sua relação com o Id), de outro o Si-mesmo (Self). O Si-mesmo associa natureza e sociedade, assim como sujeito associa indivíduo e liberdade. Ou ainda, (...) A idéia de ator social não é separável da idéia de sujeito, porque se o ator social não se define mais por sua utilidade para com o corpo social ou por seu respeito aos mandamentos divinos, quais princípios o guiam senão os de se constituir como sujeito, de estender e proteger a sua liberdade? Sujeito e ator são noções inseparáveis e que resistem conjuntamente a um individualismo que restitui a superioridade à lógica do sistema sobre a do ator, reduzindo este último à procura racional - portanto calculável e previsível - de seu interesse. (TOURAINÉ 2002, p. 221-223).

Esta passagem sintetiza uma das idéias principais de Touraine, que será a discussão do movimento social, isto é, o autor agora o analisa como sendo a transformação da defesa pessoal e cultural do sujeito em ação coletiva dirigida contra o poder que submete a razão aos seus interesses. Segundo o mesmo:

*Sob esta perspectiva o movimento social guarda uma **ação coletiva** (o grifo é meu) desencadeada pelo sujeito e sua formação a qual depende do grau de integração entre três aspectos: a definição do ator, seu adversário e do campo de conflito ou negociação entre atores (...) E desta forma, atores e conflitos passam a definir o Sujeito, como um modo de construção de experiência social. Assim, o conflito não se dá entre as classes, mas entre os atores/ sujeitos enquanto tais (TOURAINÉ, 1991, p. 36 e 38)*

Aqui a visibilidade do sujeito é dada pela sua relação com outros sujeitos, assim sendo, também se conclui que um movimento social possui dois aspectos: um conflitivo, que consiste no enfrentamento de um ator com outro ator social (podendo este representar uma instituição ou não) o qual pode ocorrer inserido em uma relação de poder, ou até de dominação social. O outro aspecto seria um direcionamento novo aos valores centrais da sociedade, no qual os “atores opostos” comungariam, neste caso, quanto a orientações culturais e “identificação mútua”.

Ou ainda, se for pensado o conflito social este é visto, pelo autor ora analisado, como:

Uma unidade de orientações culturais e polarização de modelos sociais. Se não existem os dois elementos, não há movimento social. (...) O movimento social é muito mais do que a defesa de interesses particulares. É uma vontade de construir ou reconstruir a sociedade em seu conjunto, de maneira favorável aos interesses de um grupo. (TOURAINÉ, 1991 p. 32 e 33)

Tanto é lógico o argumento acima, que os movimentos de maior repercussão versaram e versariam sobre direitos universais tais como: justiça, igualdade, solidariedade, direitos humanos. A transição do século XIX ao XX trouxe consigo uma gama de reivindicações cuja tônica era a igualdade, e não somente tinham como referência a liberdade tão propalada nos direitos denominados de primeira geração, oriundos dos séculos XVII e XVIII.

Especificamente, para que não se perca o referencial do presente estudo, o enfoque será direcionado aos dois últimos séculos, nos quais surgem os direitos denominados de “segunda geração” e “terceira geração”. Esses chamados de direitos sociais, econômicos e culturais os quais incluem: o direito a trabalho, à cultura e à moradia, entre outros. Por fim há os da “terceira geração” que são: os direitos de solidariedade, como o direito à paz, ao desenvolvimento e à autodeterminação dos povos etc.

No último aspecto observa-se uma mobilização de entidades e movimentos sociais em diferentes países que buscam melhorias e padrões aceitáveis de convivência e acesso a melhores condições de vida, precipuamente, às populações menos favorecidas.

Uma importante observação cabe aqui, pois na metade do século XX e início do século presente, multiplicam-se declarações e conquistas com aprovações de novos textos legais, os quais procuram traduzir “os direitos” não só mais para os “homens” genericamente nomeando-os, mas passam a fazer referência a sujeitos específicos como: mulheres, crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais, entre outros.

Logo, o que se conclui é que este direcionamento deve-se às conquistas estabelecidas por novos movimentos, a partir do momento em que grupos sociais específicos reivindicam a superação dos conflitos em que vivem. Isto mais uma vez comprova que os temas – objetos de lutas e reivindicações – já suscitados estabelecem um nexos direto entre o ator e o sistema político, sendo este ator articulado não só com sua realidade pessoal, mas também com a realidade coletiva.

Estas mudanças na terminologia “novos movimentos sociais” foram acompanhadas pela preocupação em compreender a dinâmica interna dos movimentos desde a sua construção até a mobilização social. Conforme já foi analisado nos estudos anteriores, os macroestruturais, apresentavam várias insuficiências que não podiam mais servir aos propósitos desta nova época.

Retoma-se que, na década de 80, as concepções sobre movimentos sociais ganham nova forma com o repensar do papel do Estado e de algumas categorias sociais. Há nesse período uma crise urbana com o avanço do capitalismo no processo histórico. A concentração econômica desemboca na densificação espacial dos trabalhadores, com uma relevante mobilização de camadas sociais no espaço urbano, as quais se organizam e lutam na tentativa de transformar a base material e a forma social da vida cotidiana.

Cabe aqui ressaltar que é preciso fazer uma distinção entre os movimentos reivindicatórios, os movimentos políticos e os movimentos de classe, sendo que, segundo Melucci:

No primeiro “trata-se de impor mudanças nas normas, nas funções e nos processos de destinação dos recursos”; no segundo, “se pretende influir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e de mudança das relações de força”; já no terceiro, o que se visa é subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe. (MELUCCI, 2001, p. 38 e 39)

E mais, ainda para o autor:

Movimento social é uma ação solidária, conduzindo o conflito e ultrapassando os limites do sistema no qual se desenvolve a ação, transformando as relações de dominação social. Tem sua origem na luta reivindicatória, em contestação à crise e a contracultura. (MELUCCI, 2001, p. 35)

Isto posto, o autor esclarece um pouco o questionamento formulado no título deste capítulo - indo ao encontro da teoria já apresentada por Touraine – e adverte que, muitas vezes, por questões de conveniência observacional ou lingüística, todas as ações coletivas recebem, “genericamente” a denominação de “movimentos sociais”.

Entretanto, na perspectiva deste autor, urge que se façam as devidas distinções, pois, no contexto contemporâneo, as ações coletivas são múltiplas e relacionam-se a múltiplas facetas da vida social, o que as diferencia da idéia de um movimento social.

Propõe ainda que o movimento social deva ser estudado e “denominado” como uma categoria analítica, a partir da qual se possam compreender os diversos

processos que ocorrem nas sociedades atuais. Não se pode esquecer que essa categoria corresponderá a ações que se proponham á ruptura dos limites estudados por outros autores quanto ao que concerne á estrutura e ao sistema.

Para Melucci, os sistemas de ação também são múltiplos e dependem do ponto de vista do observador, ou seja, concatenando aqui, com o conceito de movimento social, o qual para ele é aquela ação ou ações que desafiam as relações de poder, que rompem com o equilíbrio de um determinado sistema ou campo de ação.

Diante disto, entende-se que os novos conflitos têm como mola propulsora à defesa da identidade e possuem uma atenção direcionada às dimensões subjetivas, culturais e simbólicas.

Nesta discussão, o modelo “secularizado”, tem respaldo na teoria revista por Touraine, o qual, em seus últimos trabalhos, ao referir-se especificamente à secularização e à crítica à modernidade, assim argumenta:

A secularização não é a destruição do sujeito, mas sua humanização. Ela não é somente desencantamento do mundo, ela é também reencantamento do homem e coloca uma distância crescente entre as diferentes facetas dele mesmo, sua individualidade, sua capacidade de ser sujeito, seu Ego e o Si-mesmo que constroem fora dos papéis sociais. A passagem para a modernidade não é a da subjetividade para a objetividade, da ação centrada sobre si para a ação impessoal, técnica ou burocrática. Ela conduz da adaptação ao mundo para a construção de mundos novos, da razão que descobre as idéias eternas para a ação que, racionalizando o mundo, liberta o sujeito e o recompõe. (TOURAINÉ, 2002, p.245.).

Segundo Alexander (1998), a nova abordagem de Melucci coaduna-se, perfeitamente, com a questão histórica discutida por Touraine, pois Melucci questiona o seguinte:

Que mudanças ocorridas no sistema de produção nos permitem falar de novos conflitos de classe?E sua resposta acompanha muito de perto o modelo clássico: Os mecanismos de acumulação já não são alimentados pela simples exploração da força de trabalho, mas pela manipulação de complexos sistemas organizacionais, pelo controle da informação e dos processos e instituições formadoras de símbolos, ao lado da interferência nas relações pessoais (MELUCCI, 1989, p. 217 e 218).

A teorização sobre os novos movimentos sociais serviu como elo legitimador entre o modelo clássico de movimentos sociais e a compreensão empírica de determinadas tendências na vida social atual.

O entendimento trazido por Ruscheinsky coaduna-se com a idéia de que uma identidade se realiza num conjunto de relações e na constituição de atores sociais. Em suas palavras:

A ação coletiva constrói o perfil da identidade e, ao mesmo tempo, age sobre ela na direção de incrementá-la ou mesmo de modificá-la. A questão da identidade freqüentemente não se apresenta como um processo consciente por partes dos sujeitos da ação histórica; além disso, a constituição da identidade verifica-se dentro dos condicionamentos da história em que se traçam em possibilidades e limites. (RUSCHEINSKY, 1999, p.20).

Há uma busca em compreender os novos mecanismos que ensejem na possibilidade de realização das mudanças sociais. Tais mecanismos são necessários, nas palavras de Melucci (1989 p. 248): *“Isso ocorre porque o conflito se dá principalmente no terreno simbólico, por meio da contestação e da desorganização dos códigos dominantes em função dos quais se estabelecem relações sociais nos sistemas de alta densidade de informação”*.

Muito além de meramente reivindicar uma redistribuição de conquistas materiais, os movimentos sociais contemporâneos concentram-se nos códigos, no conhecimento e na linguagem. O conflito baseado na opressão torna-se simbólico, e sua análise requer métodos interpretativos, não somente modelos explicativos.

Em outras palavras, a teoria dos novos movimentos sociais direcionou os pesquisadores contemporâneos para que, mesmo preocupando-se com a subjetividade, não necessitem abdicar de uma orientação instrumental e materialista dentro das condições que podem impulsionar e influenciar tais movimentos.

Em vista do que foi exposto, percebe-se que Touraine conseguiu formular, concomitantemente, uma crítica da teoria marxista e da teoria funcionalista¹², na medida em que relacionou de modo profundo cultura e normatividade às lutas dos

¹² Aqui no sentido trazido por alguns autores, como Jeffrey Alexander o qual avalia o Funcionalismo como uma ampla escola e não como um método ou sistema específico, como o de Parson. Deste modo, o Funcionalismo seria capaz de tomar o equilíbrio como ponto de referência ao invés de suposição e trata a diferenciação estrutural como principal forma de mudança social. O termo "Funcionalismo" implicaria, então, em uma distinção de métodos ou interpretações inexistentes.

movimentos sociais. Ele trouxe novas referências para se pensar em uma orientação sociológica crítica, sendo que ainda possibilitou modificar os referenciais empíricos sem desconsiderar a “velha” estrutura teórica.

Assim, observou o referido autor que os cientistas sociais devem estar atentos não só às relações entre um movimento social e o poder dominante que buscam derrubar, mas também às relações entre esse ator coletivo e o próprio sistema social.

Entende-se que houve uma redefinição das relações de poder e da composição das formas de poderes da sociedade civil. As reivindicações de movimentos sociais mais atuais contribuíram para redefinir limites da vida política, desencadeados por meio de questionamentos da legitimidade das instituições e segmentos envolvidos.

Um ponto importante que será desenvolvido no decorrer deste trabalho é pensar quem são os atores que compõem e participam dos movimentos sociais. Esta análise partirá da avaliação do relatório fomentado pelo Núcleo de Análises Urbanas (NAU) do Departamento de Pesquisa de Geociências da FURG, o qual efetuou um levantamento de dados nos bairros estudados em parceria com a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), traçando um perfil sócio-econômico dos sujeitos envolvidos.

Observou-se que, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, tais movimentos não são compostos “somente” pelos excluídos socialmente, ou por aqueles que são ou serão atingidos diretamente pelos efeitos decorrentes das desocupações.

No campo empírico, pode-se perceber nos dois bairros pesquisados a presença de algumas lideranças políticas do município, e de outros atores de diversos segmentos sociais, tais constatações serão abordadas em capítulo posterior.

Pertinente à observação de Ruscheinsky ao afirmar que:

A tensão está em todas as dimensões, sejam internas ou externas ao sujeito, ao grupo, ao movimento social. Todas as relações humanas passam constantemente pelas tensões sociais ou mesmo pelo princípio da identidade. Nos conflitos que podem ser suscitados entre grupo social e

sociedade emerge um espaço para que se proceda ao acontecimento da realização da identidade, remetendo a uma forma particular de socialização. (RUSCHEINSKY, 1999, p.43).

Verifica-se, assim, que os movimentos sociais possuem grande importância não só para os atores sociais de base, aqui entendidos como aqueles que “sofrem” diretamente algum tipo de opressão ou cerceamento de seus direitos, como também, a outros atores da sociedade civil que almejam mudanças nos diversos segmentos sócio-políticos.

Ainda, conforme Ruscheinsky:

A busca da identidade representa a possibilidade da construção pelo movimento social do empenho pelo futuro, de introduzir na história um projeto de superação das desigualdades do presente. Significa influenciar na mudança da organização da sociedade para instaurar as reivindicações propostas e ultrapassar a simples rejeição da presente organização social. (RUSCHEINSKY, 1999, p.48)

Os movimentos sociais passaram a voltar-se para a construção do presente, para as conquistas e melhorias que possam ser usufruídas pela geração autora dos atos de contestação e não apenas colhidas posteriormente pelas gerações que virão. Conforme Melucci:

Os movimentos contemporâneos tendem a acentuar o caráter de mobilizações no plano cultural, conduzidas de maneira pontual por atores mutáveis. O que caracteriza é a vontade de tornar presente o possível, de operar para a mudança no hoje. (MELUCCI, 2001, p. 123)

Oportuno dizer que Melucci, ao fazer uma retrospectiva analítica dos movimentos sociais, informa que há uma lacuna inexplorada que está relacionada ao modo como os atores fazem a ação, visto que da tradição herdou-se um dualismo.

Na medida em que desenvolve as suas assertivas, no entanto, ele prolonga a discussão reconhecendo que há, hoje, um sistema multipolar da ação, o qual se organiza em torno de três eixos: *fins*, que se referem ao sentido que a ação tem para o autor; *meios*, que dizem respeito às possibilidades e aos limites da ação, e *ambiente*, relativo ao campo no qual a ação se desenvolve.

Sem considerar referenciais somente estruturais como os de classe social, nem tampouco os determinismos econômicos, a abordagem da ação coletiva trazida

nesta dissertação se norteará pelos referenciais teóricos direcionados à identidade, às redes e à cultura, centrando pontos oriundos da Teoria da Ação no sentido trazido por Alain Touraine.

Assim sendo, verificar-se-á uma análise dos movimentos sociais como sendo estes agentes de sua própria história e não somente meros contestadores de uma ordem socialmente estabelecida.

1.1 Gohn e os Novos Movimentos Sociais.

Para que se possa analisar os movimentos sociais no contexto atual é importante que se traga à luz o trabalho da socióloga e pesquisadora GOHN (1997), a qual realiza um itinerário histórico-conceitual de diferentes paradigmas, tais como: o paradigma europeu, americano e o latino-americano, aos quais se vinculam, com suas particularidades, autores de influência no campo das ciências sociais e, principalmente, nas análises sobre movimentos sociais.

Foi analisado anteriormente, neste trabalho, que o dissenso dessas concepções sobre "novas" formas de organização dos sujeitos sociais em torno de interesses particulares, com concepções de movimentos sociais defendidas pelos autores de inspiração marxista, está no marco de um debate em torno do papel dos movimentos sociais, na superação das formas de dominação capitalista e na construção de uma nova sociabilidade.

Assim sendo, na atualidade, por "novos" movimentos sociais compreendem-se os movimentos das mulheres, os ecológicos, os de raça (como o movimento negro), aqueles contra a fome e outros. Estes exemplos mostram um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais operários, marcos que fomentavam os debates anteriores.

Entretanto, assevera Gohn (1997 p. 129) que *os novos movimentos sociais se contrapõem aos "velhos" e historicamente tradicionais movimentos sociais em suas práticas e objetivos.*

Estes "novos" movimentos sociais desenvolvem ações relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocadas das condições socioeconômicas

predominantes, de modo que, as práticas dos novos movimentos sociais se aproximam de um projeto de sociabilidade que questiona as relações sociais existentes no mundo capitalista.

Ou seja, não se direcionariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas de maneira anticapitalista. Segundo Gohn, os movimentos sociais:

São ações coletivas de caráter sóciopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44).

Ao analisar as teorias e paradigmas, observa-se que os movimentos sociais não refletem uma única forma de ação. Os Movimentos Sociais Urbanos, segundo estudos difundidos por Gohn, aludem a uma tipologia que se expressa em três tipos de manifestação: movimentos espontâneos e de emergência abrupta (por exemplo, protestos de rua), movimentos institucionalizados e legalizados (com estatuto, como Associações de Bairro) e, por fim, movimentos espontâneos informais (movimentos surgidos em igreja entre outros).

As palavras de Gohn, (1997 p. 27) coadunam o entendimento de que: *“os movimentos sociais não são agentes de transformação para um outro modo de produção, mas para uma outra ordem social, dentro do próprio capitalismo, menos, selvagem, mais igualitária”*.

Ao longo das discussões motivadas pela pesquisa percebeu-se, portanto, a necessidade de repensar as bases para construção do conceito de cidadania, hoje, que é marcado pelo impacto dos novos movimentos sociais que como sujeitos históricos, construíram a expressão cidadania coletiva, sendo este um primeiro deslocamento do conceito tradicional.

Para Gohn (1991, pg. 67) *“os movimentos sociais re-significam em suas lutas valores como igualdade, fraternidade e liberdade em prol de um modelo de sociedade inclusiva”*. Partindo-se desta análise, pode-se concluir que movimentos

sociais seriam uma “resposta” dos grupos e das organizações frente a situações de carência e de necessidades não atendidas, assim como, da ineficiência do Estado em resolver tais demandas.

No entendimento de Ruscheinsky:

As lutas sociais reportam-se a direitos sociais pretendidos, em cujo campo podem comparecer sempre novas compreensões de que os atores sociais e a legislação vigente, num determinado momento histórico, sequer poderiam suspeitar. A mobilização propiciada pelas lutas sociais articula-se para buscar, por determinados caminhos conflituosos a positivação de direitos enquanto reclamos inerentes à cidadania. (RUSCHEINSKY, 1999, p.65)

Logo, partir-se-á da observação que no cotidiano dos atores participantes, dos movimentos sociais nos bairros analisados, há diversidades de lutas sociais e reivindicações que logram articular diversos direitos e formas de “ações coletivas”.

1.2 Scherer-Warren: concepções sobre movimentos sociais e redes.

As referências aqui trazidas sobre os movimentos sociais e os sujeitos coletivos vão ao encontro da compreensão de Scherer-Warren, que os entende como:

Um conjunto mais abrangente de práticas sócio-políticas e culturais que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. (WARREN, 1999, p. 15 e 16)

O estudo de Scherer-Warren traz uma contribuição à teoria dos movimentos sociais. Ela apresenta uma revisão acerca dos movimentos sociais latino-americanos e mostra a existência de tendências paradigmáticas que, segundo a autora (1993, p. 13 e 14), “coexistem ou se impõem entre si, a partir de quatro fases distintas”, a saber:

A primeira fase, de acordo com a autora refere-se ao período que vai de meados do século XX até os anos 70, compõe-se de duas correntes: a corrente funcionalista, que analisa a América Latina pela ótica da modernização, e a corrente marxista, que concebe a América Latina pela perspectiva da relação entre a

dependência e o desenvolvimento, sendo Castells, Kowarick, Cano e Fernandes, autores de grande expressão, os quais defendem a idéia de que a classe social é o sujeito das transformações históricas.

A segunda situa-se na década de 70, apresenta ênfase nos processos históricos globais. Esta corrente é representada por Alain Touraine, que analisa as ações de classe como ações de atores sociais na autoprodução da sociedade; assim como Manuel Castells, que investiga as relações entre produção e reprodução social a partir das lutas e reivindicações por bens coletivos. Também Ernesto Laclau, que estuda a hegemonia e a análise do discurso. E, por fim, outros autores seguidores de Gramsci, que crêem na articulação entre povo e nação, assim como vislumbram ainda a perspectiva das lutas nacionais e populares.

A terceira fase, pautada no contexto dos anos 80, prioriza os estudos de grupos específicos e organizados, os quais possuem relação direta com identidades restritas. Destacam-se nesta fase as reflexões de Rafael Cifuentes, o qual analisa a centralidade do ator, sua consciência e seu projeto político, e de Adolfo Calderón, que realiza um estudo das práticas coletivas na América Latina a partir de pares de contradições duais como: democracia e autoritarismo, solidariedade e individualismo; entre outras concepções.

A quarta e última fase, aqui inserida nos anos 90, apresenta duas correntes distintas: a primeira, que considera os movimentos sociais como sendo irrelevantes, tomados como um agregado de individualidades; e a segunda, que procura trabalhar com as novas formas de movimentos, buscando entender os significados políticos e culturais das ações coletivas.

É nesta última corrente, pertencente à quarta fase que se orientará este estudo, no qual se observa que os sujeitos (atores sociais) têm se organizado conforme seus objetivos e interesse com a articulação de práticas políticas marcadas por fóruns de discussões, designação de assembleias e audiências públicas. Igualmente, com a organização de passeatas e atos que envolveram outros segmentos e setores da comunidade, os movimentos sociais realizaram formas de “pressão” junto a entidades municipais do “poder local”.

Hoje, parte dos movimentos sociais, especialmente movimentos de lutas direcionadas como os da moradia, da terra e do meio ambiente, entre outros, possuem um conjunto de características que lhes dão uma dimensão política e social abrangente como, por exemplo, escala de atuação social (local, estadual, regional e nacional).

Observa-se também que, no caso estudado as associações de bairros pesquisadas têm vinculação com o MNLM (Movimento Nacional da Luta pela Moradia). Verifica-se que há uma capacidade de articulação com outros sujeitos em âmbito estadual, regional, nacional e internacional (representados por fóruns, redes, participação em conferências etc.).

Além disso, se evidencia grande heterogeneidade das pessoas que o compõem, seja quanto a gênero, classe laboral ou raça.

Estes sujeitos sociais vivem as conseqüências das mudanças da atualidade e, por isso, a construção de identidade, os elementos de cultura política e a sua própria constituição, enquanto sujeitos, são aspectos fundamentais a fim de se compreender as dinâmicas que envolvem estes novos movimentos sociais em suas comunidades.

Segundo Scherer-Warren têm emergido "novos" movimentos sociais que:

Almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados. (SCHERER-WARREN 1996, p.49/50)

Ao analisar estas categorias, Scherer-Warren (2003) traz um interessante estudo acerca das relações entre o sujeito e o movimento social na sociedade complexa. Ela parte de uma perspectiva sociológica, na qual pensa o sujeito sempre no conjunto de suas relações sociais, e que a alteridade é um fator de construção do mesmo.

Contudo, a autora analisa as abordagens teóricas sobre a constituição do sujeito, as quais apresentam distintas possibilidades e níveis de avaliação e compreensão deste e, por conseguinte, da própria construção da identidade coletiva.

Dessa forma, para a autora não há um sujeito pré-concebido, mas sim, um sujeito que se constrói, ou se institui, num processo de reciprocidade com outros sujeitos.

As colocações e análises trazidas por Scherer-Warren, em seus estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas, são importantes para que se obtenham respostas sobre esta constituição de redes sociais, assim como, para o fortalecimento da formação de uma cidadania mais abrangente. Assim questiona e esclarece a autora:

(...) Como se articulam as tradições culturais com os novos ideários e utopias dos movimentos sociais e, em que medida, o resgate cultural se transforma em indignação mobilizadora de mudança? Que tensões ocorrem entre os atores coletivos que buscam parcerias, mas que são expressões culturais de temporalidades históricas distintas e, em que medida, as ações coletivas sob a forma de redes desenvolvem mecanismos e idéias-força para superá-las? (SCHERER WARREN, 2003, p.84)

As conceituações de redes solidárias e múltiplas referências identitárias, segundo a autora, proporcionam um continuado encontro do sujeito, colocando as estratégias de construção de territórios no centro da articulação dos movimentos sociais, possibilitando que seja possível a formação da intersubjetividade coletiva.

Aqui se evidencia o sentido de solidariedade definido por Scherer-Warren (1999), como:

O princípio de responsabilidade individual e coletiva com o social e o bem-comum, cujas implicações práticas são a busca de cooperação e da complementaridade na ação coletiva e, portanto, para o trabalho em parceria. (SCHERER-WARREN, 1999, p.26).

Há um espaço analítico nas categorias estudadas pela autora, no qual surge um paradigma de “redes” que trata do estudo sobre as relações sociais a partir de suas estruturações, funcionalidades e configurações territoriais.

O resultado e o nível de respostas aos anseios dos atores sociais dependem, em grande parte, da capacidade de “entrelaçar” os relacionamentos em redes sociais através fluxos de informação que ali passam e da capacidade de interação entre seus atores.

Para Scheren-Warren (1999, p. 137), os movimentos que buscam a construção de projetos democráticos, com compromissos direcionados à justiça social, por exemplo, se tornam expressivos quando têm os seguintes componentes

entre suas orientações e bases de articulação: *“as culturas e a ética; o conhecimento reflexivo da ciência; as possibilidades políticas de transformação; e o compromisso com o coletivo e construção de uma estratégia pública democrática”*.

A interação de territórios, no sentido em que é aqui trazido, demonstra o resultado de amplas ações de movimentos sociais, no sentido que Scherer-Warren (1999, p. 156) chama de “projetos civilizatórios democráticos”, significando o estabelecimento de novas formas de relação entre comunidades (e seus territórios) e a sociedade civil, e ainda, entre as comunidades e o Estado.

Tais relações surgem através do questionamento da falta de planejamento de políticas públicas locais que atendam as demandas sociais envolvidas, estas características apontam para a sua participação em redes de solidariedade que buscam a construção de uma cidadania mais abrangente e participativa.

Conclui-se, por fim, que há nas teorias atuais, uma forma diversificada de analisar a constituição de sujeitos coletivos dentro nos movimentos sociais.

Na presente dissertação sobre este item, compartilhar-se-á da concepção de Scherer-Warren (1993 p. 09), que entende *“a realidade dos movimentos sociais como multifacetária tendo aqui a idéia de redes que interagem e integram a diversidade”*.

Esta interação ocorre diante da construção de identidades coletivas. A autora frisa que há três alternativas cruciais para que se pense em infinitas possibilidades de construção identitária, sendo por ela assim classificadas:

1) *Identidades sociais difusas/fragmentadas: A fragmentação da vida social, com apelo à individuação, e no extremo ao individualismo, implica que as ações baseadas em identidades coletivas tornam-se cada vez mais raras, sendo pouco freqüentes organizações de movimentos sociais.*

2) *Identificações sociais múltiplas: As subjetividades são construídas em torno das múltiplas relações sociais em que o indivíduo participa, incluindo-se aí as mobilizações de cunho político e as respectivas formações discursivas dos sujeitos identitários.*

3) *Reconhecimento social das identidades: A subjetividade nunca ocorre como processo individual isolado. Ela ocorre na relação do indivíduo com seus grupos de referência. Em tempos de globalização e na sociedade complexa, o sujeito convive com um número crescente e variado de interações, diversidade de códigos culturais de referência, e tem ao seu alcance um aumento de organizações que formam redes, seja virtuais ou presenciais. (SCHERER-WARREN, p.05, 2003)*

A título elucidativo, foram transcritas essas três definições de construções da identidade. Isto porque, na proposta trazida por este trabalho, entende-se que a terceira abordagem acima seria adequada na análise das ações coletivas ora estudadas.

Tais abordagens teóricas, acerca da constituição dos sujeitos coletivos, trazem consigo um questionamento: Como definir movimento social? Novamente Scherer-Warren, esclarece:

Movimento Social deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil. A partir deste ponto de vista, distingue-se as noções de movimento social e de organização.(SCHERER-WARREN, p. 04, 2003).

A autora ainda afirma que as organizações, as redes de interação e as práticas particulares são as “formas” que se observam na realidade empírica. Exemplifica as Organizações como sendo: Associações de Bairro, Grupos Comunitários, Grupos de Mútua-Ajuda e Voluntariado, Associações de Classe, (sindicatos e associações profissionais), Organizações não-governamentais (ONGS), Organizações de defesa da cidadania, que lutam pela defesa de direitos específicos e/ou pela melhoria da qualidade de vida (de gênero, ecologistas, étnicas, etc).

O outro questionamento importante que surge, o qual é muito bem analisado por Scherer-Warren (2003), é: Como ocorre esta passagem da “organização” ao movimento? Infere-se que as organizações são elos da rede de movimentos. Ensina a autora que:

Podemos começar a falar de movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas, particularizadas, de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. Quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos podemos falar sobre a existência de movimento social. (SCHERER-WARREN, 2003 p. 06)

Para que melhor se entenda tal proposição exemplifica-se que há muitos movimentos revestidos deste caráter, assim, por exemplo, o movimento ecológico é um conjunto de práticas e valores que transcende as ONGS ou grupos de ecologistas, e que tem repercussões no tecido social, do cotidiano à esfera pública.

Também no Movimento Sem Terra (MST) há múltiplas organizações, acampamentos, assentamentos, grupos de coordenação, ONGS de referência, grupos de apoio, etc.

O que se pode concluir é que a ação entrecruzada e cumulativa das múltiplas formas de organizações e práticas pela cidadania, a partir das redes de movimentos sociais, favorece que a sociedade civil se fortaleça e crie legitimidade na esfera pública.

A noção de rede possui diversas interpretações, e segundo Scherer-Warren, (1999, p. 64), *“vem sendo construída enquanto conceito analítico, mas é também um conceito propositivo dos próprios movimentos sociais”*.

Seguindo o referencial trazido por esta autora, no contexto estudado, acredita-se que há respostas teóricas que devem ser consideradas. Do ponto de vista da análise sociológica da sociedade contemporânea e, especificamente, em termos das ações coletivas, observa-se que as redes são estruturantes da sociedade contemporânea globalizada.

Entende a autora que as redes são a essência da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais e, como tais, elas também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos.

Não se pode esquecer que há dimensões relevantes e essenciais para que se possa apreender e retratar aspectos da sociedade contemporânea, complexa, globalizada e informatizada.

Estas dimensões gravitam em torno da sociabilidade, da espacialidade e da temporalidade histórica. Somente analisando a ação coletiva a partir deste outro olhar é que será possível compreender a dinâmica dos movimentos sociais.

1.3 A construção da ação coletiva nos movimentos sociais urbanos no Brasil.

Historicamente, observou-se que as pesquisas e trabalhos desenvolvidos no tocante à realidade dos Movimentos Sociais Urbanos Brasileiros seguiram um direcionamento voltado aos efeitos sócio-políticos das ações destes atores e com seus possíveis impactos nas transformações das desigualdades e da subordinação vivenciadas dentro da sociedade brasileira.

Há uma preocupação centralizada dos autores que discutem este tema em torno de questões como a democratização, os entraves e dificuldades para a eficácia da ação de tais movimentos, como também, em relação às possibilidades e aos limites do seu potencial transformador, potencial este, denominado por alguns, de potencial revolucionário.

Retomando o que já foi analisado, a questão subjetiva dos atores sociais, nas concepções clássicas, não foi trabalhada com a devida relevância. Talvez isto ocorreu, devido ao fato de existir uma tendência a qual seguia uma orientação teórica marxista, que, por tradição, se preocupava com os conflitos sociais com um enfoque predominantemente macroestrutural. Nos momentos históricos anteriores, as análises dos processos sociais, eram, em grande parte, remetidas às contradições existentes no sistema capitalista.

Marx, na publicação do Manifesto Comunista, concebia uma sociedade sem classes, no intuito de que todos fossem iguais, gozassem dos mesmos direitos e, portanto, não existisse exploração. Com isso, a produção da ação coletiva era considerada, primordialmente, sob o aspecto dado pela ordem social e econômica existente.

Porém, com o passar do tempo, as novas abordagens que questionaram tais limitações fornecidas pelas análises macroestruturais de cunho marxista, problematizaram, então, o estudo da produção dos “movimentos sociais” no sentido de construção social através da ação coletiva, com ênfase nos aspectos culturais e políticos.

Logo, é preciso que haja, em primeiro lugar, uma apreensão profunda deste processo de construção no qual se transponha o que é visível nos atores sociais envolvidos, superando o imediatismo trazido pela experiência cotidiana. Ou seja, é

preciso problematizar e buscar além daquilo que é percebido, buscando o âmago das relações, a partir das quais os atores se constituem.

Conseqüentemente há de se observar se o espaço temporal influi nestas relações, enfatizando como se modificam e constituem os seus atores sociais. Por conseguinte, sob uma perspectiva relacional ou estrutural, é necessário que se evite o determinismo, que compreende os atores sociais como reflexos ou suportes das estruturas que os determinam, ou ir-se a outro extremo: considerá-los como “individualidades” que traçam estratégias e atuam livremente fora de quaisquer condicionamentos contextuais. Posto que, a perspectiva relacional procurará romper com este determinismo ou com a individualidade descontextualizada.

Em vista disto, deve-se buscar o campo das relações no qual se constituem e interagem os atores. Conforme Melucci (2001 p.32), *“Não se compreende a ação coletiva como uma – coisa - e não se valoriza inteiramente o que os movimentos dizem em si mesmos; tenta-se, pois descobrir o sistema de relações internas e externas que constituem a ação”*.

Assim, para este autor, o conceito de ação coletiva, supõe uma teoria da identidade. Por intermédio desse conceito, Melucci oferece importante recurso conceitual que possibilita articular as ações individuais e a ação coletiva:

A ação coletiva de um movimento empírico é o resultado de propostas, recursos e limites. Indivíduos e grupos definem em termos cognitivos e afetivos o campo de possibilidades e limites que eles percebem e ativam simultaneamente suas relações para criarem significados a partir de seu comportamento compartilhado para dar sentido a se “estar junto” e aos objetivos que eles perseguem. (MELUCCI, 2001, p. 34 e 36)

Tais definições pressupõem um “pertencimento” que é construído pelos indivíduos e pelos grupos em um processo de constituição da identidade coletiva, na qual o ator social se vê como parte do “nós”. Isto ocorre porque existe uma tensão recíproca entre três tipos de orientações: as relativas aos fins da ação (significados que a ação tem para o ator), as relativas aos meios (possibilidades e limites da ação) e as relativas às relações com o meio (campo no qual a ação acontece).

Os atores, segundo Melucci, negociam e renegociam o tempo todos esses aspectos de sua ação, sendo que a persistência da ação coletiva no tempo supõe certo grau de integração entre as várias orientações.

Reconhecer-se como sendo parte de um “nós” envolve, na perspectiva desse autor, tanto definições cognitivas quanto emocionais, por meio das quais se estabelecem as vantagens do pertencimento ao lado de uma condição favorável que se direciona a cada um como pessoa.

Tal situação se expressa em um processo em que cada sujeito individual sente-se parte de um “ente” coletivo e, assim sendo, é reconhecido por aqueles que o integram como parte dele. A ação, no entanto, vincula-se ao fato de que haja troca e reciprocidade, tanto interna quanto externamente ao grupo de pertencimento.

Assim sendo, é necessário que haja reciprocidade como condição para a ação coletiva, uma vez que ela só é possível na relação com outros atores, pois se tratam de lutas, reivindicações e disputas, sejam estas por questões relativas a melhorias nas condições de vida em um sentido material, ou também por definições de imagens e de significados.

A década de 1990 foi marcada pela “emergência da sociedade civil” e, no Brasil, houve um aumento significativo da participação social. O que chamava a atenção era o surgimento de novos canais de participação e de negociação de demandas sociais. O contexto era a reforma do Estado. Nas palavras de Costa:

Novos atores surgem no cenário político, compondo a sociedade civil organizada. Movimentos sociais, organizações não-governamentais e grupos de classe passam a debater seus interesses e suas demandas em locais criados especialmente para esse propósito. Ora, a contribuição dos movimentos sociais para a democratização certamente não será aquela que cabe a atores como sindicatos ou partidos políticos. Os movimentos sociais apresentam perfis organizativos próprios, uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional (COSTA, p.12, 1997)

Quanto a esta “emergência da sociedade” nas duas últimas décadas, far-se-á um direcionamento visando analisar o papel dos atores coletivos da sociedade civil, inseridos no campo das lutas pela moradia, considerando a sua relevância e influências na formulação de políticas públicas nos âmbitos federal e local que atendam tais demandas.

A análise desta dissertação será direcionada à atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), as formas de ação coletiva e de inter-relação com o Estado, bem como as alianças estabelecidas com os atores da sociedade civil, atuantes no terreno das políticas urbanas locais.

Será visto também mais aprofundadamente no capítulo seguinte - com o início da formação dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza o surgimento das primeiras ações coletivas e como estas se organizaram até a atualidade.

Também discutir-se-ão as propostas que os vinculam ao MNLM, o qual tem atuado em conjunto e diretamente com as comunidades envolvidas no processo de remoção da zona de expansão portuária, objeto deste estudo.

Ratifica-se nestes estudos o fato de que os Movimentos Sociais Populares Urbanos (MSPU's), nas últimas duas décadas do século XX, se fortaleceram e assumem, cada vez mais, a condição de sujeitos sociais.

Não se pode deixar de perceber que a sociedade brasileira conseguiu avanços importantes na área da cidadania. Scherer-Warren (1999) capta muito bem esta situação ao afirmar:

Dois momentos principais merecem registros: a) durante os regimes militares, quando predominaram as lutas de libertação, contra o autoritarismo, as restrições políticas, pela anistia, liberdade de expressão, transformação do regime político; b) com o fim das ditaduras, quando passam a vigorar lutas pela democratização com justiça social, a qual prioriza a defesa de direitos sociais, econômicos e culturais como o direito das minorias, o repensar o desenvolvimento diante da degradação ecológica e da exclusão social. (SCHERER-WARREN, 1999 p. 60)

No primeiro momento, os movimentos sociais populares se vêem obrigados a adotar uma postura de mobilização e enfrentamento diante da prática autoritária do Estado, tendo como principal estratégia de luta a reivindicação.

No segundo, há uma combinação de lutas de mobilização com reivindicação e proposição com participação e, conseqüentemente, uma evolução na relação da sociedade civil com o Estado, tendo em vista que estas ações provocam impactos na comunidade local e global indiretamente.

Neste sentido, a atuação social extrapola a militância política partidária e o engajamento nas organizações. Logo, conclui-se que a participação social política, enquanto prática de atuação concreta dos atores sociais, vivenciada em processos de organização que provocam mudanças sociais, é possível através dos movimentos sociais nos centros urbanos brasileiros.

Ainda, a investigação aqui proposta, se enquadra no paradigma culturalista, pois há uma ênfase no sentido de que a defesa dos direitos sociais é uma forma de rompimento com as injustiças presentes na sociedade. Touraine afirma que:

Os movimentos sociais contemporâneos têm “de mais sensível e mais forte é a sua vontade de ruptura”. Porém, a simples “rejeição de uma ordem que exclui” não é suficiente para compor um movimento social; faz-se necessário haver um desejo, uma necessidade aglutinadora que tenha como base um valor considerado central por toda a sociedade. (TOURAINÉ, 2002, p. 70-71)

Entende-se com isto, que tais movimentos sociais redefinem a Esfera Pública a qual num sentido trazido por Teixeira (2001 p.49) “*é constituída por organizações, instituições, grupos e associações com uma interação social mais forte*”, os quais atuam como agentes de controle social.

Ainda, conforme Ruscheinsky (1999, p.65) “*A arena pública é o campo onde a identidade suporta enfrentamentos e coloca-se na ótica do desafio quanto a sua incidência sobre a vivência de indivíduos e de grupos.*”

Encerram-se estas primeiras considerações, as quais buscaram uma visão histórica e social da construção da ação coletiva e assim, por dizer, do próprio movimento social. Através dos aportes teóricos percorridos neste capítulo, torna-se possível compreender a dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos.

Em síntese, percebe-se a contribuição de Touraine à identificação dos “novos atores” com a Teoria da Ação a qual concebe a “ação coletiva” como uma força que direciona e motiva tais atores no âmbito dos movimentos sociais. Com isso, o autor considera que os interesses coletivos se enraízam nas práticas e nas lutas sociais.

Já Melucci contribui para compreender a construção identitária e a subjetividade dos atores que compõem estes processos reivindicatórios. Para ele, o movimento é caracterizado por uma ação solidária que transforma as relações de dominação social.

Ruscheinsky, assim como Melucci, entende que a constituição identitária das pessoas engajadas nos movimentos sociais se realiza no desenvolvimento da ação coletiva. Conseqüentemente, a ação coletiva é o caminho para a superação da desigualdade socioeconômica.

Por fim, esta pesquisa conforme a concepção de Scherer-Warren (2003) que classifica os movimentos sociais de acordo com as tendências paradigmáticas – enquadra-se nessas novas formas de movimentos sociais vinculando os significados políticos e culturais às ações coletivas. Ressalta-se assim, a importância da construção do sujeito através das redes sociais. Para a autora, as organizações são elos da rede de movimentos, à medida que as redes articulam as organizações e os sujeitos.

CAPÍTULO II

O surgimento dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza em Rio Grande/RS

Neste capítulo busca-se esclarecer e situar histórica e territorialmente os bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza, dos quais partiram e de onde se fomentam as ações coletivas reivindicatórias, objetos do presente estudo. Por estas comunidades situarem-se adjacentes ao porto, realizar-se-á uma retrospectiva histórica para melhor compreender o contexto no qual se inserem.

O município do Rio Grande tem sua vocação marítima verificada na própria posição geográfica¹³ que ocupa. Além de possuir um Porto natural, possui ambiente propício e consolidado na exploração portuária e industrial, pois se situa na fronteira entre dois ambientes distintos: o continental e o marítimo.

Historicamente Rio Grande representa as transformações de um espaço portuário e urbano, que através da acumulação comercial derivada das atividades de importação e exportação, consegue criar um parque fabril importante em termos

¹³ Conforme se depreende no mapa 03 constante em anexo - retirado do site da ANTAQ - a posição estratégica foi decisiva para o grande desenvolvimento vivenciado nas últimas décadas.

nacionais a partir do final do século XIX. A introdução dos parques fabris vem alterar a forma, as estruturas e as funções decorrentes da introdução de uma base técnica, condição principal da produção capitalista.

Segundo geógrafo Martins:

O período áureo para a cidade estende-se de 1873/1874, data da implantação do primeiro grande parque fabril até 1930, quando transformações na economia nacional ditariam novas mudanças locais na disputa de mercado com a economia fabril do centro do país que se consolidava a partir de São Paulo. (MARTINS, 2006 p. 26-27)

Por tratar-se da cidade mais antiga do Rio Grande do Sul e a única a dispor de um porto marítimo, possibilitou-se um desenvolvimento comercial considerável durante o século XIX, assim como, a implantação de um parque industrial diverso apesar de pertencer a uma época em que preponderava a industrialização dispersa¹⁴.

A indústria brasileira era descentralizada até o final do século XIX e várias são as razões que explicam este fenômeno. Conforme MARTINS (2006 p. 29), a exemplo desta colocação, tem-se que: *“A falta de articulação entre os complexos econômicos regionais, possibilitou o desenvolvimento de economias isoladas nacionalmente devido à dificuldade de meios de comunicação terrestre”*. Portanto, o que se conclui é que o desenvolvimento se dava também através de embarcações e das cidades que abrigassem portos.

Por conseguinte, o fato de Rio Grande ser uma cidade portuária “por excelência” determinou o desenvolvimento urbano no extremo meridional do país. Logo, como melhor forma de relacionar os diferentes períodos históricos que definiram a formação da cidade de Rio Grande e sua conseqüente expansão urbana, optou-se por situá-la através de periodizações industriais que ocorreram na cidade demonstrando-se como surgiram novos núcleos populacionais.

Contextualmente se observa que o desenvolvimento da economia industrial durante a República Velha (1889/1930) representou a inserção da economia brasileira num padrão de divisão internacional do trabalho. Martins (2006 p. 31) afirma que *tal situação se transforma num obstáculo, numa contradição em*

¹⁴ Segundo o Professor Martins, (2006 p. 36), esta é entendida sob a perspectiva de uma indústria relativamente descentralizada, explicada por complexos regionais pouco integralizados, sendo que esta industrialização estendeu-se até a crise de 1929.

termos mais rigorosos para a expansão do capitalismo e de como sua classe proprietária converte-se numa oligarquia.

A dinâmica da economia contribuiu para a instalação de grandes empresas têxteis, como, por exemplo, em São Paulo, Rio de Janeiro, alguns estados do Nordeste e Rio Grande do Sul (incluindo a cidade de Rio Grande). Nestes locais, grandes plantas industriais foram implantadas, utilizando-se de equipamentos importados, significando um grande montante de capital fixo instalado para o incremento fabril desenvolvido na primeira fase industrial brasileira.

Para Rio Grande, a indústria têxtil representou o primeiro parque fabril e uma das maiores fábricas já instaladas na cidade em toda a sua história.

Um aspecto importante para entender a lógica dessa cidade e seu papel no desenvolvimento industrial do país e do Estado, bem como a formação de bairros e vilas operárias, se refere ao fato de no Rio Grande do Sul, haver um parque industrial voltado não somente para o mercado regional, mas principalmente para o mercado nacional, o que inclui Rio de Janeiro e São Paulo e também o exterior. Esse parque tinha uma localização estratégica, ou seja, junto a um porto marítimo. Castro esclarece:

Não apenas no Distrito Federal, mas também minoritariamente em certas regiões, surgiram indústrias voltadas para o mercado nacional. No Rio Grande do Sul as indústrias sediadas na cidade – porto do Rio Grande (têxteis entre outras) – ultrapassavam em regra o âmbito regional. (CASTRO, 1980 p.106).

Isto foi decisivo para que o município conseguisse atrair investimentos fabris em setores diversos, embora vinculados às indústrias de bens de consumo, fato característico para a época no Brasil. Tal industrialização compreendeu desde as indústrias têxteis, as cordoarias, fábrica de calçados, fabricação de alimentos em conservas, biscoitos, charutos, e até moinhos para a produção de farinha.

É importante destacar que as empresas industriais que se estabeleceram apresentavam mais de uma centena de operários, algumas ultrapassavam a cifra de mil trabalhadores. Contudo não se pode esquecer que tal processo ocorria em meio a um Brasil ainda rural.

Um aspecto relevante, no final desse período e decisivo no começo do século XX, refere-se à construção de um novo porto (Porto Novo) juntamente com a entrada dos Molhes da Barra, que permitiria uma navegação mais segura e com

embarcações de maior calado. A saída da Laguna dos Patos para o Oceano Atlântico sempre foi dificultosa às embarcações devido ao constante assoreamento do canal de acesso.

Tal situação é assim descrita pelo professor Martins:

Os comerciantes da cidade e posteriormente os industriais buscavam já algumas décadas solução para o problema do assoreamento, no entanto, embora os trâmites tenham iniciado no final do século XIX, foi somente na primeira década do século XX que a obra tomou vulto através da formação da Cie. Française de Porto do Rio Grande do Sul. (MARTINS, 1997, p.13)

Esta empresa ficou responsável pela construção dos molhes da Barra e pelo melhoramento do porto já existente. Além disso, esse novo porto foi edificado e arrendado a *Cie Française* por 67 anos. E, segundo Martins:

Para a constituição do novo porto da cidade foi escolhida a área da Ilha do Ladino no extremo leste, área forma a por ilhas e terras inundáveis. A Cie. Française construiu 1.543 metros de cais, para 10 metros de profundidade d'água em um só alinhamento, sendo que atrás do cais aterrou-se com areia dragada uma extensa área e edificaram-se 12 armazéns de 100 metros por 20 metros de largura. (MARTINS, 1997, p.15)

Durante os anos da referida obra, a *Cie. Française* empregou em torno de 4.000 pessoas. Isso representou uma leva de imigrantes vindos para a cidade de vários locais do Rio Grande do Sul e até mesmo de fora do país.

Os franceses foram responsáveis também pela construção de vinte casas de madeira destinadas aos mestres e contramestres vindos da França, assim como, 40 casas de madeira, conjunto habitacional que foi denominado de Vila Verde¹⁵ o qual era formado por construções mais simples e destinadas a abrigar parte dos operários.

Além dos espaços construídos oficialmente pela *Cie. Française*, o aprofundamento do canal possibilitou o aterramento de grandes áreas a leste do centro histórico e a formação de uma ilha artificial, Ilha da Base, onde está o sítio urbano do Rio Grande.

¹⁵ Conforme se verificou nas entrevistas, os moradores do Bairro Santa Tereza possuem memória desta época sabendo localizar com precisão, o que resta das 'casas pretas' e das 'casas verdes'.

As extremidades foram ocupadas pelas estruturas portuárias de uma forma mais rápida, restando às áreas centrais como reserva para as atividades de expansão portuária e até mesmo um bairro radial planejado pelos franceses.

Descrevendo esta situação, Neves afirma que:

Devido às altas taxas cobradas por essa companhia, o governo do Estado do Rio Grande do Sul obteve em 1918 junto à União, a encampação de todas as estruturas portuárias (NEVES, 1980, p.36).

Conforme deixa claro Martins:

O volume de aterro foi estimado em mais de oito milhões de metros cúbicos, sendo usado para esse serviço na época cinco dragas, 10 rebocadores, batelões e chatas. As areias dragadas foram sendo depositadas nos terrenos pantanosos situados entre o novo porto e a cidade, pondo fim aos banhados outrora existentes (MARTINS, 1997 p.21).

Um outro fato marcante para a economia sul-rio-grandense deve-se que o grande rebanho bovino gaúcho, com a decadência das charqueadas necessitava de novas formas de industrialização. Neste período começa a ser discutida a implementação de frigoríficos na região. Em uma análise sobre este processo de industrialização, Pesavento assim explica:

No Rio Grande do Sul, os estancieiros, através de seu órgão de classe e com o apoio do governo do Estado, intentavam criar um frigorífico nacional - o Frigorífico Rio-Grandense - numa campanha que movimentou todo o estado. O governo gaúcho, ao mesmo tempo em que apoiava o projeto dos criadores, facilitou a entrada de capital estrangeiro, que promoveria a renovação tecnológica da pecuária, através de uma legislação protecionista. (PESAVENTO, 1980, p.71).

Houve no período de 1917/1918, a instalação de três grandes frigoríficos de capital estrangeiro no Rio Grande do Sul. Dois se instalaram em Santana do Livramento (Wilson e Armour), e um em Rio Grande (Cia Swift S.A. do Brasil), que se estabeleceu em uma área próxima ao novo porto da cidade. A historiadora Pesavento assim continua:

A Swift era uma empresa norte-americana que tinha como principal atividade produtiva a frigorificação de carne e moldada sobre os padrões tayloristas de produção, ou seja, produção fragmentada em larga escala. Aproveitando que o mercado externo estava debilitado devido a Primeira Grande Guerra Mundial, logo expandiu suas atividades e constituiu-se em um importante pólo para o município. O frigorífico abatia até 1000 reses por dia e chegava a ter em sua folha salarial mais de 1500 funcionários. (PESAVENTO, 1980, p.96 e 97).

A produção desta empresa, em sua grande maioria, era destinada ao mercado externo. O fato de essas empresas disporem de um contingente de operários, os quais constituem famílias de baixa renda foi decisivo para a ocupação para o grande aterro entre a cidade velha e o novo porto.

Inicialmente, todo este processo ocorreu com um contrato firmado entre a Cia. Francesa e a Cia. Swift, havendo a previsão de arrendamento e depois a realização de uma compra que ocorreu em duas etapas conforme noticiado em documentação analisada na atual Superintendência do Porto de Rio Grande¹⁶, havendo mais algumas aquisições até o ano de 1921, quando ocorreu a transferência destes contratos para o governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A grande quantidade de mão de obra atraída por tal Companhia, originou o povoamento de uma região periférica a suas instalações, a citação de Neves, a seguir transcrita explica este fato:

Necessitou-se de muita mão-de-obra, atraindo elementos de outros municípios, transformando todo o terreno recuperado pela Cie.Française, numa gigantesca favela conhecida na época como Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas, em lugar do bairro planejado pelos franceses.(NEVES, 1980, p.84)

A situação descrita traz informações sobre o que poderia ser denominado o “embrião” do atual Bairro Getúlio Vargas, curiosamente muitos moradores ainda utilizam-se da terminologia “Cedro” para indicar esse bairro onde moram, certamente em alusão às origens desta localidade.

Prossequindo esta análise Salvatori, assim relata:

Em 1917, instala-se em Rio Grande, o Frigorífico Swift do Brasil, de capital norte-americano, que proporcionou empregos para 1.500 operários, em áreas arrendadas ao Porto Novo. Em 1937, é fundada a Cia. De Petróleo Ipiranga. É interessante observar que desde então, apresenta-se uma tendência de especialização do espaço urbano, uma vez que estas indústrias localizam-se ao Sul do centro histórico, junto ao Porto Novo, sempre próximo às margens que permitiam acesso da navegação e a captação das águas.(SALVATORI, 1991, p.33)

¹⁶ Segundo consta na SUPRG (Superintendência do Porto de Rio Grande) no volume - 1. DEPREC (Departamento Estadual de Portos Rios e Canais) tal compra iniciou-se em 1917 ocorrendo por etapas, até o ano de 1921 sendo tais contratos passados posteriormente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação à Refinaria Ipiranga convém explicar que a mesma veio para a cidade do Rio Grande devido à atração da estrutura portuária e do seu entorno, pois as primeiras tratativas intencionavam que esta fosse localizada em frente ao porto junto a já consolidada Cia Swift. Como devido a diversos fatores - que não serão tratados no presente trabalho – não foi possível concretizar este projeto tal área foi designada pela Prefeitura Municipal da época¹⁷

Importante salientar o fato de que a instalação destas indústrias praticamente definiu os limites da área na qual se situa o Bairro Santa Tereza, pois este surgira em um espaço não ocupado, pertencente ao Governo do Estado, e que seria uma área destinada à expansão portuária.

Para bem elucidar a situação, explica professor Martins:

O primeiro marco de referência quanto a moradias construídas no terraplano Oeste, foram às casas pretas destinadas aos operários especializados e aos mestres de obras. Essas casas que foram construídas pelos franceses são de madeira, compondo-se de vinte no total e ainda, uma outra casa bem maior onde residiam os ocupantes de cargos superiores. Posteriormente, foram construídas as denominadas casas verdes, que no total eram quarenta, com dimensões menores e mais simples do que aquelas de cor preta construídas anteriormente. (MARTINS, 1997, p.29).

Ainda, em 26 de dezembro de 1941, houve mais uma alteração nesta estrutura habitacional que se implantara, ou seja, houve conforme ofício 365 da Prefeitura uma realocação de famílias pobres, que estavam sendo retiradas de uma parte da Vila dos Cedros (Bairro Getúlio Vargas) para a Vila Verde (Santa Tereza), tais famílias possuíam, principalmente, como fonte de sustento, atividades relacionadas ao porto, a Cia Swift entre outras.

O início da segunda metade do século XX representou a desaceleração do primeiro período industrial da cidade do Rio Grande, com o término das atividades produtivas em várias grandes empresas, como as indústrias têxteis, os frigoríficos, a fábrica de charutos e outras. Tais fatos desencadearam uma crise local e uma diminuição na oferta de trabalho, isso conseqüentemente, afetou toda a vida do município.

¹⁷ Segundo dados da Prefeitura Municipal tal aquisição foi oficializada através da Lei n° 25 de 20 de novembro de 1936, autorizando alienação de área para Ipiranga (área atual onde se encontra dita Refinaria) Tal local é adjacente a um dos Bairros em estudo - o Santa Tereza.

Segundo Martins:

O fechamento de grandes fábricas como o frigorífico e a fábrica têxtil fez que 7 mil trabalhadores perdessem seus empregos em Rio Grande, para uma população absoluta de 82 mil habitantes. As décadas de 1950 e 1960 são emblemáticas da decadência fabril e da forte expansão urbana verificada através de toda ordem de loteamentos (MARTINS, 1997, p.34).

Talvez isto explique o empobrecimento dos moradores que se fixaram nos bairros criados para atender esta demanda por mão de obra, e que devido às novas exigências do mundo capitalista, ficaram sem conseguir colocação no mercado de trabalho local.

2.1 A zona de expansão portuária e o processo de urbanização.

No contexto trazido desde a década de 40 até hoje é preciso lembrar que o Porto de Rio Grande sempre interligou todas as regiões estaduais pela malha rodo-ferroviária e pelo sistema navegável das Lagoas dos Patos e Mirim, atualmente continua como o mais importante do Estado do Rio Grande do Sul e figura dentre os maiores do Brasil, além de possuir relevante destaque por sua posição estratégica.

Segundo dados trazidos da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) é o terceiro porto em movimentação de cargas.

Movimentação de contêineres 2000, 2005 e 2007 – TEUs¹⁸

PORTO	2005	2006	2007
1- Santos	800.898	2.236.580	2.532.900
2- Itajaí	176.815	642.375	668.521
3- Rio Grande	316.972	666.834	607.275
4- Paranaguá	252.879	420.318	595.261
5- Rio de Janeiro	217.333	326.177	387.809
6- S. F. do Sul	168.334	280.915	316.050
7- Vitória	91.738	220.761	267.890
8- Suape	62.822	171.409	237.077
9- Salvador	95.307	208.029	230.270
10- Sepetiba	3.790	187.402	229.742

Fonte ANTAQ, 2008.

¹⁸ TEU – é a unidade de medida utilizada em containeres o que equivale dizer: 1 TEU = 20 pés = 40 cm cúbicos.

Em razão disto, continuamente recebe grandes investimentos privados e públicos, obtendo um grande desempenho operacional e produtivo, gerando aporte econômico financeiro para o Governo do Estado, e, conseqüentemente para o país.

É na atualidade, o grande centro concentrador de cargas do Mercosul - em face de ser o único porto marítimo do Estado, com características naturais privilegiadas (localização geográfica, águas calmas e boa profundidade de calado).

Desta análise depreende-se que o Porto Riograndino esteve e está sempre presente nas pretensões federais de desenvolvimento, neste sentido DOMINGUES (1995 p.108) afirma que: *“todos os projetos de desenvolvimento são implantados geralmente em - zonas consolidadas - ou em zonas de fronteiras”*.

O referido Porto enquadra-se em ambas, pois já se consolidou com atividade portuária de importância expressiva no plano regional e nacional, além de sua localização estratégica junto à fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

Diante do potencial estratégico portuário do município, no governo de Juscelino Kubitschek, começaram os primeiros estudos sugerindo a criação de uma Zona Franca em 1957. Tal proposta foi retomada posteriormente, com o Plano de Integração de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores que tinha como meta o Porto Franco da cidade do Rio Grande. Porém, em 1968, *“a proposta de Porto Franco foi vetada pelo Governo Federal em prol da Zona Franca de Manaus”* (DOMINGUES, 1995, p.87).

Em 1969, no governo Médici, foi apresentada uma nova proposta econômica para área de expansão portuária, denominada “Superporto” da cidade do Rio Grande.

Na década de setenta já havia uma grande preocupação com a circulação de mercadorias nas regiões e com o grande potencial de produção para exportação. Desta forma, foi criada a política dos chamados corredores de exportação, constituídos em quatro pontos estratégicos para a viabilização da proposta.

No Rio Grande do Sul a base era o Porto do Rio Grande, que rapidamente superou a movimentação de carga em relação ao porto da capital. Na década de oitenta, houve um enorme período de recessão econômica, inviabilizando e paralisando vários projetos industriais. *Mas mesmo diante da recessão alguns*

terminais portuários e retro portuários foram implantados tanto no Porto Novo como no Superporto (DOMINGUES, 1995 p.90).

O projeto do Complexo Industrial-Portuário de Rio Grande, “O Superporto” totalizava uma área de aproximadamente 7.000 hectares, localizados próximos a países do Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai). Outra característica marcante é o potencial de cargas a transportar, fator fundamental para a implementação deste projeto, pois só a viabilidade econômica e que justifica a construção de um porto.

Diante das atuais necessidades da economia capitalista em explorar de forma combinada, as vantagens comparativas dinâmicas oferecidas pelos diferentes lugares e regiões do mundo, o porto tem características inigualáveis para a instauração de grandes mercados, além de um complexo industrial propício a novos investimentos (citem-se como exemplos o terminal de movimentação de cargas – TECON, indústrias de fertilizantes como Yara Brasil, o píer da Petrobrás, o Estaleiro Bicuira, entre tantos outros).

A justificativa da Prefeitura Municipal de Rio Grande, para a aceleração de tais remoções nestes últimos dez anos, deve-se ao fato de que a Superintendência do Porto do Rio Grande buscando a modernização das atividades portuárias e o aumento da capacidade de movimentação de cargas do Porto estipulou metas para a transformação do Porto do Rio Grande, senão no maior, em um dos maiores portos da América do Sul.

Para alcançar este objetivo, segundo dados coletados em entrevista realizada na data de 26 de novembro de 2008, na Prefeitura Municipal, com o Engenheiro Cuchiara – atual Secretário Municipal de Habitação Coordenação e Planejamento e responsável pelo recente projeto de remoção das famílias - a administração portuária projetou uma série de ações arrojadas, como: a dragagem de aprofundamento do calado de acesso ao Porto (que passará de 30 para 40 pés), a ampliação do cais público do Porto Novo, a reserva de áreas portuárias para novos terminais privados de cargas, o enquadramento das instalações portuárias ao Código Internacional para Proteção a Navios e a desocupação de áreas que estão ocupadas.

No Porto Organizado de Rio Grande foi criada a SUPRG (Superintendência do Porto de Rio Grande) autarquia que tem por incumbência na qualidade de executora, da concessão da União ao Estado, a coordenação e

fiscalização das diversas entidades atuantes no Porto Organizado¹⁹, assim como a exploração e administração do Porto do Rio Grande.

Essa concessão foi firmada entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul em 1997, o qual tem a função de planejar a política portuária, melhorando e conservando os canais de acesso do Porto do Rio Grande. Destaca-se, ainda, a função de conservação dos Molhes da Barra, do canal de acesso ao Porto Novo e a manutenção de todo sistema hidroportuário do Porto do Rio Grande.

A área do Porto Organizado²⁰ do Rio Grande é constituída pelas instalações portuárias terrestres existentes na margem direita do Canal do Norte, desde o Molhe Oeste até a extremidade Oeste do Cais de Saneamento.

Fazem parte desta área o Porto Velho, o Porto Novo e a Quarta Secção da Barra, abrangendo todos os cais, docas, píers, armazéns, pátios, edificações em geral, vias internas de circulação rodoviárias e ferroviárias, os terrenos ao longo dessas faixas marginais e em suas adjacências (pertencentes à União, incorporados ou não ao Patrimônio do Porto do Rio Grande ou sob sua guarda e responsabilidade) bem como, na margem direita do Canal do Norte, os terrenos de marinha e seus acrescidos, desde o enraizamento do Molhe Leste até o paralelo 32º Sul.

Ainda, pela infra-estrutura de proteção e acessos aquaviários, compreendendo, além do Molhe Oeste e do Molhe Leste, as áreas de fundeio, bacias de evolução, canal de acesso e áreas adjacentes a esse, até as margens das instalações terrestres do Porto Organizado, conforme definidas anteriormente, existentes ou que venham a ser construídas e mantidas pela administração do Porto ou outro órgão do Poder Público.

Diante do prolongamento dos molhes e aprofundamento do canal de acesso, o Porto do Rio Grande será um dos portos mais profundos do Mercosul. As modificações necessárias tencionam a uma reorganização na área do Porto Organizado, a chamada *expansão portuária*.

Em tal período “desenvolvimentista” – dos anos setenta em diante - muitas vilas e bairros do entorno portuário foram constituídos, em sua maioria, a partir da

¹⁹ Porto organizado - significa a área territorial abrangida e delimitada tanto fisicamente como também economicamente, isto dependendo da atividade exercida, como por exemplo, dique seco, granéis, zona para cargas petrolíferas etc...

²⁰ O entendimento de Porto Organizado é definido pela portaria nº. 1.011, de 16/12/93, do Ministério dos Transportes.

construção do Porto Novo e do Superporto, projetos de desenvolvimento econômico implantados no município.

Neste sentido, Rio Grande já vivenciou os impactos de transformação social diante de grandes investimentos econômicos, que sempre priorizaram o desenvolvimento regional em detrimento do local.

Com a necessidade atual de consolidar mercados globalizados, novamente, o Porto do Rio Grande faz parte dos planos de desenvolvimento do país, principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Com este programa o Governo Federal investe num crescimento mais acelerado e de forma sustentável, ou seja, teoricamente é um programa de desenvolvimento econômico que busca manter os devidos cuidados com o seu entorno.

Segundo o governo federal, o PAC²¹ é um programa de expansão do crescimento, econômico mediante o investimento em infra-estruturas, com o estímulo ao desenvolvimento dos setores produtivos e implantação de benefícios sociais para todas as regiões do país. Mas, necessário se faz verificar a execução deste programa em nível local e de forma prática, para realmente avaliar se sua proposta é de desenvolvimento ou de crescimento econômico.

2.2 O papel da Administração Portuária e da Prefeitura Municipal no processo das remoções.

Devido à complexidade do processo de desocupação de áreas reservadas à expansão portuária que envolve, aproximadamente, 862 famílias, a Superintendência do Porto firmou convênio de parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande para desenvolver os projetos de reassentamentos e buscar os recursos para tais projetos disponibilizados pelo PAC – Programa de Aceleração ao Crescimento do Governo Federal.

A Superintendência do Porto, por outro lado, disponibilizará as áreas para os reassentamentos das famílias envolvidas e o valor global da contrapartida obrigatória ao repasse da União.

²¹ De acordo com o Contrato de Repasse n° 0227526-41/2007 - oriundo de verbas fomentadas pela União - implementado através do Ministério das Cidades e repassado à Caixa Econômica Federal.

A Prefeitura Municipal reconhece hoje - depois de muitas polêmicas, debates, processos judiciais e embates com as associações de bairro - que as famílias ocupam estas áreas há muitos anos e possuem um ambiente propício à rotina de suas vidas, por esta razão o engenheiro entrevistado (responsável na condução do processo das remoções) afirma que:

Os projetos estão sendo desenvolvidos para mantê-las o mais próximo possível de seus locais de origem. Desta forma, tenta-se diminuir o impacto na vida destas famílias no que se refere à proximidade de seu trabalho, da escola em que seus filhos estudam, ou ainda, das pessoas que convivem.(CUCHIARA, em novembro de 2008)

O engenheiro também entende que antes das discussões fomentadas pelas associações de bairro, não era visível essa necessidade de conciliar a estrutura da moradia oferecida com as atividades profissionais exercidas por estes moradores. Por isso, informa que as ofertas de unidades habitacionais serão de tipologias diferenciadas para as famílias de cada bairro, pois além de considerar a disponibilidade de áreas em cada bairro e a capacidade de construção em cada área, serão também considerados outros fatores que influenciam na elaboração dos projetos.

Cita, como exemplo, a construção de um condomínio horizontal e não mais vertical como era previsto, tendo em vista a necessidade de disponibilizar espaço físico para carroceiros e catadores de papel realizarem suas atividades.

Inicialmente, segundo o Engenheiro Cuchiara, com os recursos do investimento no valor de R\$ 22.598.000,00 (vinte e dois milhões quinhentos e noventa e oito mil reais) destinados para estas remoções pelo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Este recurso comporta verbas oriundas da União repassadas ao poder municipal, através do qual será possível o reassentamento das famílias do Bairro Getúlio Vargas, do Bairro Santa Tereza e do Bairro Barra Nova.

No entanto, não há ainda uma previsão quanto à remoção das outras famílias que moram nas localidades atingidas pela expansão portuária tais como: Vila das Barraquinhas, Vila Mangueira e Barra Nova, conforme se observa em mapa fornecido pela Prefeitura Municipal²².

²² No mapa anexado, há zonas delimitadas para que as famílias sejam realocadas, porém apenas estão sendo erguidos por enquanto dois conjuntos habitacionais que abrigaram famílias do BGV e da Santa Tereza.

São previstas as construções de 290 unidades habitacionais no Bairro Getúlio Vargas, 282 unidades no Bairro Santa Tereza e 184 unidades na 4ª Seção da Barra (Barra Velha). Há previsão de repasse de verbas federais para a construção de mais 106 unidades, que serão definidas durante a implantação das etapas acima descritas.

Contudo, convém observar de uma forma crítica que dadas às circunstâncias em que ocorreram as negociações, e a indignação dos moradores manifestada em atos públicos, entrevistas e assembléias, infere-se que os projetos de desenvolvimento no município feitos anteriormente, sempre tiveram uma maior preocupação com o aumento da economia nacional do que com o próprio desenvolvimento local, ou seja, são projetos de crescimento econômico e não de desenvolvimento.

É importante ressaltar que a noção de desenvolvimento aqui entendida compreende desenvolvimento além de questões somente econômicas, pois são diversos fatores que contribuem para o desenvolvimento local, tais como: o econômico, o social, o ambiental, o cultural, o organizacional e o político.

Essa ressalva é fundamental para evidenciar a questão local, pois os projetos acima citados se destacam mais enquanto crescimento econômico nacional do que desenvolvimento do município.

Neste sentido entende-se que desenvolvimento trata-se de:

Um processo de transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas e mentais, de uma paisagem, duma fase menos humana para uma fase mais humana, do acesso de todos ao necessário e ao bem-estar material e espiritual. (FERREIRA, p.102, 1993).

A Prefeitura realizou o cadastro das 377 famílias atingidas e apresentou - após a negativa dessas famílias em serem realocadas para o longínquo Bairro Cidade de Águeda - como proposta a re-alocação de 320 famílias, a serem abrigadas em unidades verticais. Esta proposta, apesar de ser uma evolução nas negociações, não contemplava as expectativas destas famílias, acostumadas em habitações horizontais (casas) onde criam animais domésticos e de tração, além de abrigarem em seus terrenos: carroças e material reciclável. Igualmente, elas necessitam de espaço – um pátio – para confeccionarem redes de pesca, em virtude das atividades econômicas que exercem.

De acordo com o primeiro projeto de remoção das famílias elas teriam que pagar um financiamento pela nova moradia, desconsiderando os gastos já realizados para a construção de suas moradias, sem qualquer menção a indenizações.

A área destinada para este projeto comportava somente edifícios de apartamentos de cinco pavimentos, com apartamentos de dois dormitórios (38m²) e de um dormitório (30m²). Cada apartamento seria destinado para cada grupo de moradores de um mesmo terreno, o que implica, por exemplo, a moradia de 10 pessoas de três famílias distintas em 38m² apenas.

O recurso para construção também é oriundo do PAC e, segundo a Prefeitura, o projeto não podia ser alterado, posto que se encontrava em fase de aprovação na Caixa Econômica Federal.

Além disso, outras famílias serão posteriormente atingidas pela ampliação da linha férrea, também adjacente ao bairro. As associações locais estimam, nesta segunda etapa, a ameaça de remoção de até 400 famílias, o que realça o poder econômico em detrimento do desenvolvimento sócio-cultural da região.

2.3 Os Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza, seus moradores e reivindicações.

A presente dissertação enfoca as comunidades que serão removidas com a expansão portuária e sua luta na reivindicação do direito a uma moradia adequada, pois os moradores vivem a muitos anos sendo que as áreas em que se situam as suas residências pertencem ao Porto Organizado (zona de expansão portuária).

A cidade do Rio Grande, geograficamente, abriga diversas comunidades pesqueiras, sua vinculação com o mar implica em sua cultura, trabalho e relações sociais. As áreas portuárias e seu entorno na linha de costa são de propriedade da União, que atualmente está cedida ao Estado do Rio Grande do Sul, para exploração pela Superintendência do Porto do Rio Grande.

A ampliação das atividades do Porto do Rio Grande, fomentadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, e o aporte de grandes conglomerados econômicos, tais como o Dique Seco, Votorantin, Aracruz, implicará na remoção de

em torno de 1000 famílias que moram próximas às áreas de intervenção. Os projetos elaborados e apresentados, até poucos meses atrás, previam o realocamento das famílias para áreas mais distantes do mar um exemplo a citar foi a proposta inicial para o Bairro Cidade de Águeda²³, o que impediria o desenvolvimento de seu trabalho. As comunidades atingidas por esta expansão são: Barra Nova, Vila das Barraquinhas, Mangueira, Bairro Getúlio Vargas e Bairro Santa Tereza²⁴.

Interessante observar que há uma grande semelhança entre esta situação em relação às remoções da década de 40, pois os moradores continuam sendo removidos sem um devido planejamento. O grande diferencial é que nessa época não havia nenhuma organização de moradores ou segmentos que se interessassem por estas pessoas.

Observou-se nas primeiras remoções uma espécie de inércia dos moradores. Constatou-se que em 15 de maio de 1961, com a fundação da SABASTE – Sociedade dos amigos do Bairro Santa Tereza – houve um engajamento dos moradores com a igreja do bairro - para discussão e reivindicação quanto às remoções propostas que continuaram ocorrendo ao longo dessas décadas.

No Bairro Getúlio Vargas o núcleo inicial da sua Associação de Moradores também ocorreu em época semelhante, pois, devido à proximidade destas duas áreas, as remoções noticiadas ocorreram quase que paralelamente.

Apesar destas Associações de Bairro serem bastante atuantes, foi somente a partir de 2004 que adquiriram um caráter de movimento social reivindicatório. Relatos informam que, anteriormente, havia reuniões e discussões para tratar assuntos da comunidade, mas somente à iminência de terem suas vidas e estruturas socioeconômicas abaladas, e até mesmo desfeitas é que desencadeou um maior interesse e participação dos moradores pertencentes a tais comunidades.

²³ Houve anteriormente realocações para esta região que está localizada em torno de 15 km da zona central da cidade e que não possui infra-estrutura adequada, sendo péssimas as estruturas das moradias as quais se encontram inacabadas e sem saneamento. Tal situação ensejou em uma Ação Civil Pública fomentada pelo Ministério Público devido às inúmeras irregularidades e problemas causados para as comunidades que ainda estão nessa localidade.

²⁴ Conforme mapa percebe-se a importância da estratégica localização destas áreas por ser próximo ao porto, ao centro da cidade.

Igualmente, a grande probabilidade do desmantelamento dos vínculos e das redes sociais estabelecidas há muito tempo levou a que os moradores se mobilizassem na luta por melhores condições de moradia.

O sentimento de desolação quanto ao desmantelamento destas redes e ameaça da perda dos vínculos fica claro no relato dos moradores mais antigos em alguns trechos pertinentes a transcrever foram selecionados três trechos de entrevistas realizadas com moradores do BGV e dois trechos com moradores do Santa Tereza, sucessivamente dispostos:

Ai moça! Moro aqui no BGV (Bairro Getúlio Vargas) há mais de 40 anos, eu tô assustada com isso de ter que sair daqui tem dias que nem durmo. O pessoal fala que nesta zona é perigoso, têm assalto, ah isso tem até no “centro” né? Eu me dou com todo mundo, vi muita gente se criar aqui, sabe, eu aplico injeção, aplico pra ajudar mesmo, também furo as orelhas das crianças. E se tiver que sair tarde da noite pra fazer injeção em doente eu não tenho problema com isso, até essa gurizada que anda à toa por aí me conhece e respeita a gente. (DONA ANA - BGV).

.....

É, têm pessoas que tão muito mal mesmo e querem ir, pra eles ganhar qualquer coisa tá bom. Mas quem trabalha por aqui perto e lutou, construiu suas casas tem já as suas coisas não dá! Olha ali ó o Israel, por exemplo, (apontando uma oficina mecânica) ele construiu a casa nos fundos e tem a oficina ali, ele não vai querer perder a casa e o serviço dele. Toda a vida dele tá “cravada” aqui. Eu também tô com a minha vida cravada aqui trabalho há muitos anos lá no porto, a gente fica na “feição” das escadas²⁵ imagina tem dias que a escala não dá e não sai o serviço. A gente responde aos chamados às 0730h da manhã, depois às 13h, às 19h e ainda tem mais outra de noite. Já pensou ter que ir e vir se não dá serviço nas primeiras, gastar ônibus e comida têm muita gente como eu, muita, que fica nessa “feição”. Também têm outros que fazem outros trabalhos, tu sai ai no Bairro sempre tem um que diz que sabe onde arrumar uma coisa para fazer, se sair daqui não tem mais conhecimento, daí fica difícil viver. (Mostra sua casa e diz:) E este tijolo aqui não caiu do céu, levei anos pra fazer esta casa, tenho 03 filhos colégio e tudo é gasto, o mais velho – diz isso sorrindo – entrou na faculdade esse ano. O pior é que vão nos tirar daqui e nem sabem ao certo onde vão botar a gente. Dizem que têm os apartamentos, mas eu nunca morei em gaiola e não vai ser agora que eu vou morar. (SEU CLAUDIO-BGV).

.....

Moro aqui há pouco tempo, tem uns 4 anos, eu a mulher e os filhos, faço carreto lá no centro, fico na volta, lá no cais da cebola (antigo porto velho) sempre tem serviço, senão a gente às vezes arruma algo por aqui na volta, outras vezes na vinda depois que as lojas fecham eu pego papelão, lata e tudo que puder aproveitar. A gente junta e vende tem um pessoal que está

²⁵ Refere-se ao fato de que grande parte dos trabalhadores portuários, seguindo as normas da legislação portuária, possui uma carteira, um cadastro especial vinculado ao OGMO – organização gestora de mão-de-obra, o qual, junto com os sindicatos de classe, organiza as escalas de trabalho.

organizando uma cooperativa ali perto dos camelôs, dizem que dá bem certo. Se todo mundo colaborar, até acho que pode dar certo mesmo. O problema é que, às vezes, tem espertinho que quer levar a melhor. (MENDES-BGV).

.....

Essas casas que a senhora tá perguntando foram as últimas que restaram, a minha, ainda tem um pouco da pintura original lá no canto, mas não pude arrumar ainda, o primeiro pessoal que veio trabalhar no porto é que morava aqui. Eu trabalhei no porto também, moro aqui desde 34 (1934) criei meus filhos, meus netos. Esta rua aqui vai sair eles não explicaram pra quê, só dizem que é pras obras. (SEU MARINO-SANTA TEREZA).

.....

Viu, minha filha, esses documentos, aqui ó, eu mostrei pro pessoal do porto e da prefeitura, porque eles não vão me tirar daqui, essa casa meu pai pagou eles prometeram muita coisa, todo mês descontavam em folha, lá no DEPREC²⁶ meu pai era portuário, foi um dos primeiros a vir para cá, e ficar até morrer. Eu digo pra apartamento só vou morta. Não tem espaço para nada lá, gosto de pôr minha cadeira no pátio, ficar sossegada, ver os passarinhos pousar. (DONA ROSA-SANTA TEREZA)

Diante destes fragmentos os quais transmitem os sentimentos destas pessoas, não se pode deixar de pensar como os laços criados, as formas de sociabilidade, suas concepções e representações sobre o habitar estariam ameaçadas no processo de remoção. Esta implicaria na desorganização das formas de vida já estabelecidas nesses bairros.

Observa-se que, a pesquisa em territórios periféricos da cidade, traz à tona a problemática da relação entre os múltiplos espaços que a integram.

Disto conclui-se que, a questão de espaço deve ser pensada como uma produção, uma emergência de sentidos ordenadores de realidades e possibilidades existenciais, de finalidades a partir das quais as redes sociais, os grupos e as organizações são configurados.

O espaço e a existência dos seres devem assim ser tomados não como um elemento “natural”, mas sim como algo concebido, formalizado e até percebido em diferentes sentidos.

Mas, aqui também é preciso ter cuidado: o campo de ações não é somente, o resultado da mera soma de projetos e estratégias individuais e coletivas. No entendimento trazido por HALL (1999, p. 65), *a identidade é abordada como um elo que une o “interior” e o “exterior” formando um vínculo entre o mundo pessoal e o*

²⁶ DEPREC – Departamento de Rios e Canais, antiga denominação dada ao porto, hoje denominado SUPRG – Superintendência do Porto de Rio Grande.

mundo público, contribuindo para alinhar sentimentos subjetivos com lugares objetivos no contexto social e cultural.

Há outra questão crucial que se observa em quase todas as entrevistas, trata-se da identificação do espaço associado àqueles com quem se mantém laços de amizade e parentesco, proporcionando uma ampliação dos limites do mundo, trazendo sensação de familiaridade e segurança.

Tais espaços então acabam organizando-se como representações que se configuram no dispositivo imaginário das redes sociais, para que haja uma orientação, uma idéia do que será o futuro que se apresenta diante de tantas dificuldades emergentes.

A problemática enfrentada e a emergência de tais movimentos sociais teve seu “estopim” deflagrado no ano de 2005 em Rio Grande, época em que fora anunciado, pela imprensa local no *Jornal Agora*, que se efetuariam a retirada das famílias, para a Vila Cidade de Águeda, localidade sem infra-estrutura e muito distante dos locais de origem desses moradores.

Em vista disso, as Associações de Bairros se organizaram e reivindicaram providências quanto ao noticiado, denunciando junto ao Ministério Público Estadual a falta de planejamento, e de diálogo com os entes – Prefeitura e SUPRG. Estes começaram a efetuar medições nas áreas ocupadas, apenas dizendo aos moradores que teriam de abandonar suas casas, pois ali é zona de expansão portuária.

A primeira associação de bairro a efetuar tal denúncia foi a da Barra. Transcrevem-se, abaixo, trechos do documento que culminou com a instauração de um inquérito civil²⁷ e uma audiência pública realizada em 2006 na Câmara Municipal de Rio Grande. O resultado positivo disso, além de uma forte mobilização foi um Termo de Ajuste de Conduta o qual primava pela adequada remoção das famílias envolvidas nas desocupações da zona de expansão portuária. O documento que ensejou nesta primeira conquista de grande repercussão, assim reivindicava:

Ilmo Promotor Público: A Associação de moradores da Barra reivindica uma postura do Superintendente do Porto Senhor Vidal sobre a desocupação do bairro. Aqui residem 114 famílias e 98% sobrevivem da pesca. Temos um bairro estruturado com transporte coletivo, luz, telefone, coleta de lixo,

²⁷ O inquérito é o de nº 00852.00038/2005 e ainda tramita no MPE, pois algumas das cláusulas estabelecidas no termo de ajuste de conduta firmado entre o MPE, SUPRG E PMRG não foram cumpridas por estas duas últimas instituições.

iluminação pública e agente de saúde. Foi concedida uma grande área para a praticagem e para instalação do estaleiro Bicuíra. Gostaríamos que fosse revista se há uma real necessidade de ocupar toda essa área que poderia ser loteada para os moradores daqui da Barra. A Superintendência deu prioridade para o Bicuíra e para a praticagem, mas tem proibido ligação de luz e água em novas residências bem como não atende aos pedidos de reunião com os moradores para esclarecimentos. Os moradores não estão se negando a desocupar a área, mas querem um local com infra-estrutura e com local para que os pescadores principalmente possam seguir exercendo seu trabalho. (ORLANDA, 2005).

A postura do MPE, que prontamente exigiu das instituições envolvidas uma solução que respeitasse e atendesse os direitos reivindicados pelos moradores, fez com que mais mobilizações seguissem ocorrendo. Em 2006 a Associação de moradores do Bairro Getúlio Vargas também enviou ofício²⁸ ao MPE, requerendo providências quanto às desocupações noticiadas, tendo como reivindicação:

O pedido de que sejam tomadas providências junto a Prefeitura Municipal e junto à Superintendência do Porto sobre as remoções das famílias que no Bairro residem. Informa-se que a maior parte das famílias trabalha no próprio porto e nas empresas próximas da região bem como no centro da cidade, e não tem como sobreviver se removidas para locais distantes. Informa que as famílias que ali residem ocupam aquela área há mais de 30 anos e não gostariam de serem retiradas dali.(...). Que foi informado em 2005 que as pessoas que moravam em uma faixa marcada a 50 metros de distância do muro do pátio automotivo da Superintendência do Porto seriam retiradas.(...) Como não se sabe bem aonde e como será requer também uma reunião com os representantes desses órgãos para esclarecer a comunidade.

Por abrigar um grande número de famílias a serem removidas - um total de 377²⁹ - observe-se que o Bairro Santa Tereza possui 174³⁰ e a comunidade da Barra 114³¹ - o Bairro Getúlio Vargas, apesar de não ser o pioneiro, liderou as medidas reivindicatórias que se seguiram, chamando para si praticamente toda a organização das pautas, protestos e procedimentos necessários na luta pelo direito

²⁸ Aqui também se instaurou no MPE outro inquérito - o de nº 00852.00060/2007 - que acabou incorporando interesses da Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza, eis que em vários momentos as duas áreas fundem-se uma na outra, não havendo um claro limite entre elas. Tal fato culminou em outro Termo de Ajuste buscando atender as reivindicações de tais comunidades. Informa-se que da mesma forma em que ocorreu no Termo de Ajuste relacionado à comunidade Barra Nova, aqui também algumas condições ainda não foram cumpridas e tal inquérito permanece em trâmite.

²⁹ Dados segundo o Relatório elaborado pelo NAU (Núcleo de Análises Urbanas da FURG em parceria com a SUPRG PMRG, que conforme já mencionado foi enviado ao MPE. No mesmo consta que estas famílias corresponderiam à aproximadamente 1.200 pessoas.

³⁰ Da mesma forma no referido relatório informa-se que tais famílias no Bairro Santa Tereza corresponderiam à aproximadamente 340 pessoas.

³¹ Esta comunidade não é objeto de estudo no presente trabalho.

de todas estas comunidades a uma moradia digna, ou no mínimo, que tal processo fosse conduzido com justiça e transparência, priorizando-se os interesses da população “local”.

Assim sendo, houveram muitas situações importantes desencadeadas pelas mobilizações, que ocorreram em um somatório de “forças” das Associações de Bairro dos moradores de Santa Tereza juntamente com a Associação de Moradores do BGV, tendo como liderança José Assis da Luz, presidente da associação deste último bairro, e Gilmar Ávila, presidente do MNLM em Rio Grande, o qual possui uma longa trajetória de militância e realiza importante papel interagindo entre as esferas locais, estaduais e federais.

A seguir mencionar-se-ão as mais relevantes - em síntese - no intuito de melhor elucidar estas “conquistas”:

a) Após as denúncias, instauração de inquéritos junto ao MPE – 1ª Promotoria Especializada conduzida na época por Francisco Simões Pires e hoje por José Alexandre Alan, foram firmados Termos de Ajustamento de Condutas entre o MPE (representando aqui as Associações de Bairro) e a SUPRG E PMRG, a fim de que os processos das remoções não prejudicassem os moradores sendo exigidos critérios e posturas destas instituições, que primassem pela regularização fundiária. Para isso efetuaram-se levantamentos socioeconômicos e ambientais, primando que fossem ao encontro das atividades, meios de subsistência, redes sociais e interesses destas famílias que seriam removidas.

b) Realização de sessão na Assembléia Legislativa do Estado indo inclusive até a cidade de Porto Alegre um ônibus com um grande grupo de moradores e lideranças para acompanhar as discussões, que culminaram em uma audiência pública em Rio Grande RS. Tal reunião teve a presença de uma caravana oriunda da própria Assembléia, representada pela Comissão Especial de Habitação Popular e Regularização Fundiária tendo como relator o deputado Raul Carrion, sendo elaborado um relatório e discutidas propostas de cooperação quanto à aquisição de áreas para reassentamento das famílias.

c) Foi efetuado um levantamento socioeconômico denominado Projeto de Levantamento Socioeconômico em Áreas de Expansão Portuária, o qual surgiu da

necessidade reivindicada por grande parte dos moradores, em construir um documento contendo o quadro socioeconômico da área, que fosse utilizado como instrumento para lhes dar subsídios nos diálogos estabelecidos com órgãos públicos e agentes envolvidos neste processo de negociação. Tal levantamento foi realizado em parceria entre a SUPRG (a qual contratou a FURG para realizar tal pesquisa) juntamente com a PMRG o MNLM e Associações de Moradores dos bairros estudados.

d) Houve a criação do 1º Seminário para Discutir a Expansão Portuária e seus Reflexos nas Ocupações Urbanas, realizado no anfiteatro da FURG, onde estavam reunidos representantes do MNLM, da Associação de Moradores do Bairro Getúlio Vargas, da SUPRG, entre outras lideranças políticas e portuárias e centenas de moradores dos bairros Barra Nova, Santa Tereza e Getúlio Vargas. Este seminário foi sugerido e divulgado pelas associações de bairro como uma tentativa de sensibilizar toda a comunidade para o problema social que está ocorrendo no município além de chamar para a discussão e a busca de soluções, autoridades e entes envolvidos nesse processo.

e) Renegociação junto a SUPRG da área a ser desocupada, diminuindo o espaço que seria expropriado, ou seja, segundo informação trazida pelo Presidente da Associação de Moradores do BGV, assim era a situação das remoções dentro de tal bairro:

O primeiro estudo sobre a área a ser desocupada, datado no final de 2005, previa a utilização de 50 metros a partir da linha do muro do pátio automotivo da SUPRG, com as mobilizações, no segundo estudo já tínhamos conseguido passar para 30 metros a partir do muro, e agora na última reunião conforme o último dado apresentado é que esta distância seria em definitivo, fixada em 15 metros. (ASSIS, 2008).

f) A Caixa Econômica Federal integra as negociações e recebe projeto referente a dois módulos habitacionais destinados a moradores dos Bairros BGV, e Santa Tereza, aprovando-os e liberando através de recursos oriundos do PAC do governo Federal, uma verba de R\$ 22.598.000,00 (vinte e dois milhões quinhentos e noventa e oito mil reais) destinados para estas remoções.

g) A SUPRG via processo administrativo - de nº 1931-18.43/07-8- providencia a compra da área do IRGA – Instituto Rio-grandense do Arroz - para implementação de projeto habitacional que criará o Residencial Getúlio Vargas. Esta área é próxima ao local de origem das comunidades afetadas, as quais ficaram mais tranquilas por saber que se fossem removidas não iriam mais para o Bairro Cidade de Águeda. Também foi adquirida outra área - na BR 892 - próxima ao Bairro Santa Tereza - onde serão realocadas as famílias desse bairro. Por fim, os moradores da Barra serão igualmente removidos para área próxima na localidade denominada Barra Velha.

h) Foi impulsionada a vinda da relatora nacional dos Direitos Humanos à Moradia Adequada e Terra Urbana, Lúcia Moraes, a qual é vinculada a organismos internacionais através da Plataforma Dhesca Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Tal vinda concretizou-se e originou um importante relatório que divulgou as reais dificuldades e problemas da moradia no município de Rio Grande.

i) Houve, posteriormente, a definição das novas moradias segundo padrões do PAR (Programa de Arrendamento Familiar), com verbas para a construção de apartamentos em construções verticais de 01 dormitório apenas. Tal situação, após reuniões e novas reivindicações com forte mobilização dos moradores, foi melhorada, sendo posteriormente apresentado um novo projeto para as famílias, com apartamentos de dois dormitórios e com um condomínio horizontal.

j) Foi aprovada a sugestão de cadastro e contratação dos próprios moradores para trabalharem como mão de obra na construção de tais residenciais.

Diante disso, constata-se que é preciso sentir e observar o mundo e a sociedade como constituídos por relações sociais, redes, identidades; a visão relacional se torna tão essencial, assim como, os pressupostos sobre espaço e localidade.

Há que se fomentar a participação popular nestes projetos obedecendo a dinâmicas sociais que devem ser vistas como fluidas e interativas dentro destes

espaços urbanos que se entrecruzam e dos quais, de alguma forma, a todos pertencem.

2.4 As características territoriais e estruturais dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza

O estudo em questão centrar-se-á apenas nos bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza que serão abaixo definidos - segundo dados coletados pela Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana. Tal relatório foi fomentado no final de 2007, após forte pressão popular coordenada pelas lideranças das associações de bairro:

O Bairro Getúlio Vargas é um bairro consolidado em Rio Grande, formado por uma população que trabalha no Porto, na pesca (tendo em vista a proximidade da Lagoa dos Patos) ou que atua com coleta de material reciclável. As famílias moram, em sua totalidade, em casas, abrigando no mesmo lote até 03 famílias (filhos e netos, em casas separadas)³².

Há no bairro uma forte organização da população, que tem conseguido discutir o projeto de expansão das atividades portuárias com mobilizações que têm trazido conquistas e novas negociações, que vão ao encontro dos anseios das famílias envolvidas.

O segundo bairro estudado – O Bairro Santa Tereza - assim como o Getúlio Vargas é um bairro antigo na cidade, existente há mais de 80 anos, composto em sua grande maioria, por pescadores e trabalhadores portuários.

No início das negociações, não estava claro para os moradores o motivo do deslocamento, existindo boatos de construção de novo cais para vinda da plataforma P-53, assim como a ampliação do Dique Seco, ou simplesmente segundo relato de alguns moradores, até mesmo motivos relacionados à urbanização paisagística da área, para futura especulação imobiliária, uma vez que o bairro conta com uma bela paisagem urbana integrada com a orla marítima.

Além disso, não foi, inicialmente, apresentado nenhum projeto de realocação das famílias em nova área, havendo, da mesma forma, propostas de

³² Tais informações estão de acordo com o relatório socioeconômico realizado em 2008, coordenado pelo Núcleo de Análises Urbanas da FURG em parceria com a Prefeitura, SUPRG e MNLM.

remoção para a Cidade de Águeda ou para prédios de apartamentos verticais, o que sem dúvida não contemplava as necessidades destas comunidades.

Neste processo inicial não houve participação da comunidade na construção do projeto de remoção, nas possibilidades de escolha de local, na viabilidade de permanecerem nos locais, na criação de um cronograma para desocupação, na discussão do projeto residencial onde seriam re-aloçados.

Nos discursos veiculados na imprensa local³³, fica clara a segregação dos moradores, à medida que estes são denominados de “posseiros” ou “famílias irregulares”, de certa forma em uma alusão pejorativa, como se não fosse lembrado que estas pessoas estão amparadas por direitos sociais constitucionalmente previstos tais como: a dignidade da pessoa humana e o direito à moradia.

As análises, a seguir enumeradas sobre tais bairros, colaboram para que se elabore um perfil destas comunidades a fim de auxiliar em tal processo noticiado. Tais dados são oriundos da pesquisa realizada pelo NAU (FURG), em decorrência das negociações e audiências públicas com as autoridades competentes, após reivindicações dos movimentos sociais estudados.

Logo, tal estudo foi consolidado e aceito como um banco de dados, o qual pode ser utilizado como instrumento de apoio nas tomadas de decisões para que haja negociações que contemplem os anseios da população. As características socioeconômicas da população da área estudada abrangeram a um universo de 479 residências.

Assim sendo, pesquisou-se que a maior parte dos moradores de tais comunidades pertence ao intervalo de idade que varia de 21 a 65 anos. Quanto à escolaridade, grande parte dos mesmos possui ensino fundamental incompleto. Foi constatado que uma esmagadora porcentagem destas pessoas (88%) residem no bairro há mais de dez anos.

Verificou-se, ademais, que no que tange à atividade profissional³⁴ poucos (7%) possuem alguma profissão identificada. Apesar de 45% informarem não possuir profissão, estão empregados com ocupações variadas.

³³ Jornais da cidade, como o Jornal Agora e em Assembléias Públicas verifica-se tais denominações.

³⁴ Foi tomado como critério na pesquisa a definição de ‘profissão’ como atividade que demandasse conhecimento específico (curso técnico ou superior) sendo citadas as de: jardineiro, eletricista, soldador, vigilante, eletricista e professor.

Há também uma porcentagem de (26%) de pessoas que se enquadram no grupo dos autônomos informais, entre outros.

Quanto à ocupação³⁵, as principais atividades exercidas por estes moradores foram às portuárias como: estivadores, avulsos, arrumadores e serviços gerais. Interessante é que, quanto a locais de trabalhos os mais citados foram as empresas que desempenham atividades portuárias, empresas ligadas ao ramo da pesca, as indústrias de fertilizantes, as alimentícias e o comércio. Ainda foram informadas atividades relacionadas à pesca artesanal, e à venda de material reciclável.

Com relação à renda familiar³⁶, quase a metade da população (45%) possui renda entre um e três salários mínimos, 22% possui renda de um salário mínimo, 17% renda de menos de um salário mínimo, entre outros dados.

Os dados sobre a utilização do imóvel apontaram que 93% das residências cadastradas destinam-se ao uso residencial e 4% ao uso misto (residencial/comercial) tendo como tipo de edificação principal construções de alvenaria com telha (52%).

Salienta-se que os moradores dos referidos bairros, quando questionados sobre o tipo de moradia pretendida em caso de remoção, responderam que a opção casa seria a ideal (80%). Enquanto que somente 18% escolheram a opção apartamento.

Ainda, quando indagados sobre a sua preferência em permanecer ou não no bairro, a opção referente a permanência no bairro foi a que apareceu com maior incidência, sendo citada por 97% enquanto que apenas 1% gostaria de sair do bairro.

De acordo com estes dados foi possível constatar-se que a preferência de localização destas pessoas é de proximidade em relação ao seu local de trabalho, e que o deslocamento das mesmas para áreas mais afastadas do bairro traria como consequência um aumento do custo de vida, devido à necessidade de utilização de meio de transporte coletivo, e do maior tempo para realização das suas atividades.

³⁵ Como ocupação entende-se toda atividade remunerada exercida, independentemente das pessoas entrevistadas possuírem formação superior ou técnica em uma área específica. Os dados coletados pela FURG, referentes à ocupação dos moradores em estudo, indicam que grande parte deles trabalha nas proximidades do Porto do Rio Grande.

³⁶ Tal renda consiste na soma dos rendimentos de todos os membros da família que exercem atividade remunerada e declarada.

Tais análises vão ao encontro da “grande reivindicação” dos movimentos sociais destas associações de bairros que sempre foi no sentido de almejar a permanência na área aguardando que se efetuassem a sua regularização fundiária e urbanização.

As propostas trazidas anteriormente desconsideravam a relação dos sujeitos daquele espaço, sendo que tal relatório teve um papel muito importante para a tomada de decisões que se seguiram. Muitos daqueles moradores ocupam esses espaços há décadas e até gerações, com casas que passaram de pai para filho, e assim por diante.

Outra questão que emerge desta situação é que o problema enfrentado não se refere somente à moradia, e sim a uma forma de organização de vida; as comunidades são, em sua maioria, implicadas no meio de subsistência de seus moradores – pesca e porto.

Isto é uma evidência da falta de preparo e organização da cidade. Se houvesse um planejamento ordenado das zonas centrais e periféricas da cidade, esse problema seria resolvido de uma outra forma, e não teria sido preciso a instauração de inquéritos junto ao MPE e, nem tão pouco, haveria tanto desgaste - principalmente emocional - para estas pessoas.

Deve-se considerar: o direito à cidade, sendo o exercício pleno de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, por todos os habitantes das cidades; a regularização fundiária, resolução dos problemas para a legalização da terra e do espaço urbano; a regularização urbanística, que se obtém junto ao poder municipal, com a aprovação do loteamento e o habite-se da construção.

Todas as estratégias articuladas devem evitar a segregação sócio-espacial, que impõe a uma parcela da população a viver em lugares, bairros e áreas sem infra-estrutura, com equipamentos públicos escassos e insuficientes.

A cidade sustentável contempla a diversidade social e diz “não” à segregação. Para tanto, é necessário que tal proposta esteja também incluída no programa de habitação do município, quando não só o déficit habitacional e a inadequação dos domicílios serão prerrogativas do programa e sim toda uma política de acesso aos bens de serviço e espaços urbanos.

Percebe-se, no início do processo das remoções, um esquecimento quanto aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, das comunidades que serão re-aloçadas.

A relação estabelecida entre o Porto e a Prefeitura de Rio Grande com as comunidades era de certa submissão por parte destas, e só evoluíram as negociações pela forte pressão e organização dos movimentos sociais, que se desencadearam notadamente partindo das associações de bairro.

Mesmo assim, ainda há uma valorização do desenvolvimento econômico, em detrimento do desenvolvimento social, pois se prioriza a expansão das atividades portuárias, a vinda de mais empreendimentos econômicos, o crescimento, a abertura de espaço para ser “vendido”, sem considerar-se a desarticulação das redes de apoio social e afetiva e do modo de vida destas mais de 1000 famílias, que comportam ao final de todo o processo das remoções, em torno de 3.000 pessoas.

As remoções não estão sendo realizadas observando o enfoque holístico. Para estas famílias, o que se verifica nas entrevistas e nas reivindicações fomentadas, não é apenas uma mudança de “casa”, uma questão habitacional, e sim uma mudança do seu modo de organização de vida, do seu meio de sobrevivência e uma profunda alteração em seus vínculos e redes.

Diante desta prática social (a remoção de comunidades), pode-se perceber que se o Porto de Rio Grande, responsável pela exigência das áreas ocupadas pelas comunidades historicamente ali alocadas juntamente com a Prefeitura Municipal, executora das remoções, tivessem atuado, desde o início, seguindo uma abordagem que assegurasse os enfoques trazidos no inciso I e IV do artigo 4º da Lei Municipal que institui a Política Habitacional, viver-se-ia uma realidade que não sofreria o impacto social que representa a retirada destas comunidades e a ampliação desmedida das atividades portuárias.

A Constituição Federal de 1988 traz a moradia como um direito fundamental social. A moradia foi incluída como direito social por meio de uma emenda constitucional fruto de lutas dos movimentos sociais, sendo assim enunciada:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A Magna Carta, em seu artigo 5º, assegura a todos o direito à propriedade, determinando, ainda, que toda a propriedade deverá cumprir sua função social. Já em seu artigo 182, define que a política de desenvolvimento

urbano, a ser executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções urbanas da cidade e garantir o bem-estar de todos e de todas.

Por fim, o Estatuto das Cidades, no seu bojo normativo, cria todo um arsenal de obrigações estatais para a efetivação do direito à moradia adequada e à cidade digna, cabendo ressaltar que deveria ser observada e seguida à exigência dos Planos Diretores, discutidos em audiências públicas, e dos Conselhos das Cidades, como mecanismos de uma política urbana pautada pela gestão democrática das Cidades.

CAPÍTULO III

Globalização: aspectos teóricos

3.1 Primeiras considerações

As transformações materiais, políticas e sociais destas últimas décadas foram tão intensas que há, ainda, certa dificuldade em “re”definir os pressupostos científicos, estabelecidos pelos clássicos do pensamento social, desde o século XVIII, exemplo disto é que mesmo a expressão “globalização”, criada nesta avalanche de transformações e interações que o mundo vive, não consegue ser utilizada de forma objetiva. Segundo o sociólogo Octavio Ianni:

O paradigma clássico das ciências sociais foi constituído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias e diferentes interpretações. (IANNI, 1994, p. 01).

Logo, é comum - para um melhor entendimento - que seja articulado ao seu significado um processo histórico que antecede o seu uso social. São

constantes os exemplos divulgados pelos meios de comunicação, de análises que procuram designar qualquer significado para a globalização, a fim de justificar as intenções dos agentes sociais. Na maioria das vezes estas argumentações estão ligadas à defesa do livre mercado, à desestatização da economia, à permissão para o livre fluxo de capital e tecnologia, e, em alguns casos, a minimização dos direitos sociais, entre outras.

O que se evidencia é que há, na verdade, certa dificuldade para a utilização do termo “globalização”. Uma das principais versões da globalização provém dos seus críticos, o que demonstra a existência de uma outra visão além daquela de seus defensores. Aqueles insistem na caracterização do termo como sendo algo falacioso, uma simples estratégia de dominação por parte do capital sobre a sociedade. Trata-se, neste caso de discriminar a globalização como sendo algo evitável, situação na qual os que se coadunam com esse processo tratam de forma inversa.

A afirmação do economista Sachs, acerca do assunto é que:

As formas assimétricas e desiguais da globalização atual prejudicam os interesses dos países em desenvolvimento, favorecendo alguns incluídos e deixando de fora muitos excluídos. Os incluídos vivem no capitalismo reformulado, enquanto os excluídos estão condenados a formas mais duras e até selvagens do capitalismo. Nas suas formas atuais, a globalização reproduz, entre as nações centrais e periféricas, o mesmo padrão perverso de crescimento concentrado e excludente que se observa dentro das nações. (SACHS, 2004, p. 64)

O sociólogo Ianni, da mesma forma, traz o seguinte entendimento:

Ocorre que a sociedade global não é a mera extensão quantitativa e qualitativa da sociedade nacional. Ainda que esta continue a ser básica, evidente e indispensável, manifestando-se inclusive em âmbito internacional, é inegável que a sociedade global se constitui como uma realidade original, desconhecida, carente de interpretações (IANNI, 1994, p. 03).

Esta dicotomia inicial é apenas uma das muitas que se pode encontrar nos meios de comunicação e na bibliografia acerca do assunto. Mesmo quando as análises históricas apontam para um processo de “longa duração”, cria-se um espectro tão amplo de demonstração da pertinência histórica que a análise perde-se em meio à “outras globalizações”.

Harvey entende que:

A globalização pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político. (...) vê-la assim, não presume que o processo seja constante, nem impede de dizer que ele, por exemplo, entrou num estágio radicalmente novo ou chegou a uma condição particular ou mesmo "final". Se, portanto a palavra globalização significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase de exatamente esse processo intrínseco da produção capitalista de espaço (...) (HARVEY 2006 p.80-81).

Historicamente, nos anos 70 e 80, os economistas começaram a difundir o conceito de globalização, semelhante ao que se usa hoje, definindo-o a partir de um cenário em que as relações de comércio entre os países eram mais freqüentes e facilitadas. Posteriormente, observa-se que tal termo passou a ser usado além das discussões meramente econômicas.

Nesse momento em diante, as barreiras comerciais entre os países começaram a se dissolver, com a diminuição, e, até mesmo, a eliminação de imposto sobre importações, o fortalecimento de grupos internacionais - como o Mercosul ou a Comunidade Européia - e o incentivo do governo de alguns países à instalação de empresas estrangeiras em seu território.

Infere-se que a eclosão da temática da globalização produziu infinitas possibilidades de associações entre temas e aspectos sob uma análise política e econômica. Assim, embora se inicie um debate sobre o tema, em contrapartida se deixam inúmeras lacunas acerca do funcionamento da globalização.

Indiscutivelmente, é quanto ao tema do imperialismo, de larga difusão em fins do século XIX e início do atual, é que a referência da globalização traz maiores esclarecimentos quanto ao seu conteúdo e possibilita reflexões que podem ser utilizados para pensar o contexto atual. Em quase tudo (excetuando-se apenas o processo colonial) o processo contemporâneo da globalização é similar ao do imperialismo.

Tal como no século XIX o fluxo de capitais, principalmente sob a forma financeira, atravessa as barreiras dos Estados Nacionais para ser investido em atividades complementares às economias capitalistas mais desenvolvidas.

A problemática em si, sintetizada de forma “despolitizadora” do seu conteúdo intrínseco na expressão “imperialismo” – dando a impressão de que o processo colonial era a expressão própria das fronteiras do capital – ganhou foros de unanimidade de sua importância no final do século.

Verifica-se que o processo de desenvolvimento do imperialismo impôs uma articulação essencial: o processo econômico demandava uma vinculação com o terreno do político em termos de ações concretas dos Estados Nacionais em direção ao processo colonial e/ou de investimentos no exterior, o que era viabilizado por transformações no interior destes mesmos Estados Nacionais.

É sobre esta articulação entre o econômico e o político que surgirá a designação de capital financeiro.

Explicar, hoje, o que é a globalização e, simultaneamente, como ela funciona é questionar a natureza do capital financeiro, motivação maior da produção do tema da globalização no capitalismo a partir da década de 90.

Entende-se que se forma com este capital uma grande variedade de investimentos que vão desde a implementação de um setor industrial novo, como o de tecnologia de ponta, até a ampliação do parque industrial já existente; neste processo o capital financeiro propicia altos lucros e gera uma grande volatilidade, o que, por conseqüência, provoca certa instabilidade econômica.

Logo, a globalização na atualidade é a expressão de uma necessidade de transformação das instituições do Estado capitalista e a nova correlação de forças trazidas pela hegemonia do capital financeiro.

Este capital representa um somatório de capitais existentes num conjunto delimitado de países, onde o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção foi anterior e avançou numa velocidade maior do que os demais.

A respeito dos fatores “positivos” destacados pelos que defendem a globalização, não há como ocultar a dura face e as conseqüências deste processo na economia mundial, no que concerne aos aspectos da pobreza e da desigualdade social.

Em concordância a este entendimento, afirma Bauman que:

Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informações é colocado em movimento um processo localizador de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para outros é um destino indesejado e cruel. (BAUMAN 1999, p.08).

Por fim, não se pode esquecer que outros fatores ajudaram a impulsionar a globalização, tais como os relacionados com as melhorias na infra-estrutura logística e de transportes, assim como as de telecomunicações e de informação. Cumpre aqui relacionar a importância dos portos como uma importante parte deste processo, conforme analisar-se-á a seguir.

3.2 O papel dos portos no processo da globalização

Como nos demais países sul-americanos, os portos tiveram um papel fundamental no processo de criação das cidades e de organização do espaço econômico que acompanhou a colonização desta região do mundo. No caso do Brasil, as primeiras instalações portuárias serviam ao embarque e desembarque de colonos, escravos e mercadorias. A movimentação portuária então refletia as áreas coloniais, que se conectavam com o mercado internacional da época.

A abertura dos portos, em 1808 para alguns estudiosos, foi o ato impulsionador à “globalização”, constituindo um importante marco para o sistema portuário brasileiro na medida em que significou a inserção dos portos brasileiros às trocas com outras nações, e não somente com a metrópole.

No início do século XX, a expansão da produção cafeeira pelo interior de São Paulo tornou imperativa a modernização da base produtiva. O setor de transportes se beneficiou de projetos para o melhoramento no escoamento da produção e exportação dos grãos de café sob a forma de ferrovias interior litoral. O crescimento da cidade de Santos São Paulo, por exemplo, foi totalmente atrelado a essa estrutura de expansão.

A realidade do porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, não foi muito diferente. Nessa época observa-se a crescente interligação das nações através do comércio, ou seja, a internacionalização da economia, com a exportação de carnes e outros produtos para os demais países.

Hoje, conforme explicam Cocco e Silva:

Através da importação de insumos e da exportação de commodities e alguns produtos industrializados, os portos passam a integrar uma nova escala da circulação num momento de maior integração do sistema mundial. Com isso a Portobrás se dedica também a construção de novos portos. Porém não existe verdadeira política portuária nacional e os recursos aplicados no setor são ao mesmo tempo escassos e liberados de forma descontínua e pulverizada (COCCO E SILVA, 1999, p. 128).

Ao final da década de noventa a modernização no sistema portuário mundial já era latente, e a implementação do uso do contêiner impôs transformações ao sistema, para assim possibilitar sua inserção à rede logística competitiva.

O Brasil realiza sua reforma portuária justamente acompanhando a tendência mundial descrita acima, com o importante marco da extinção da Portobrás, modificando o gerenciamento do sistema portuário brasileiro, como observam Monié e Vidal:

Até 1990, o sistema foi orientado e controlado pela Portobrás, quando essa foi extinta pelo governo federal, do então presidente Fernando Collor de Mello, e compreendia portos administrados pela mesma, portos administrados pela companhia Docas, concessões estaduais, concessões particulares e terminais privados. Com a extinção da Portobrás, deflagrou-se uma crise no setor, cujas negociações e articulações políticas redundaram na promulgação da Lei n 8.630/93, que preconizou a modernização do setor. (MONIÉ E VIDAL, 2006, p. 86 e 87)

No país ocorrerá uma maior abertura comercial como tentativa do governo à inserção competitiva dos centros dinâmicos do país na economia mundial. Para essa nova organização atuam o setor privado (grandes empresas globais), assim como o estado, que adquire papel fundamental para coordenar os impactos gerados pela globalização.

A abertura comercial modifica principalmente o foco das políticas no país já que agora a base econômica voltada para o espaço nacional, preocupa-se com a inserção na globalização. Analisando esta “inserção” os professores Cocco e Silva assim afirmam:

Essa inserção se faz principalmente pela atuação de empresas globais que, de acordo com suas estratégias, buscam novos espaços para expandir seus mercados consumidores. A articulação que se percebe é a crescente integração das cadeias produtivas e a consolidação de redes logísticas que abrangem desde a estrutura produtiva até o consumo. (COCCO E SILVA, 1999 p 205).

O Estado nesse novo momento se restringe a uma atuação reguladora e busca atrair o investimento privado, na tentativa de facilitar a integração competitiva do Brasil no comércio exterior. Os dispositivos logísticos globais se organizam então de maneira a garantir o funcionamento competitivo deste novo espaço econômico mundial, sendo que o transporte marítimo é, ainda hoje, o responsável pelo grande escoamento de produtos.

Logo, a tendência dos portos é aumentar as suas movimentações e demandas, fazendo com que necessitem novas áreas para expandir suas atividades. A situação vivenciada no município de Rio Grande certamente está ocorrendo, e ainda, ocorrerá em outras partes do país e do mundo.

As conseqüências sociais, econômicas e ambientais destas expansões desmedidas – se não forem conduzidas com responsabilidade, ética e valorização do ‘local’, priorizando os habitantes da região – serão sentidas não somente por esta geração, mas sim, também, pelas gerações futuras.

3.3 A sociedade local e a sociedade global, direitos sociais e escalas espaciais do capitalismo contemporâneo

O Brasil viveu a partir da década de 1990 o “auge” no seu processo de abertura comercial e econômica. Tal processo foi acompanhado de reformas estruturais, programas de desestatização e privatização, quebra de monopólios e necessidade de modernização institucional e tecnológica. Investimentos estrangeiros foram incentivados, bem como a entrada de multinacionais no país.

A interação existente entre a economia global e o espaço local tende a admitir que a economia global subsume as relações econômicas no espaço local, ou seja, o espaço local quase já não consegue mais exercer politicamente qualquer controle sobre suas atividades ou mesmo sobre os setores essenciais da economia, devido a mobilidade dos fluxos criados pela economia global,.

Em algumas cidades a economia da globalização tende a consolidar processos globais constituídos pela estruturação de mercados financeiros globais e investimentos estrangeiros diretos, que constituem espaços de intersecção do global e do local no período atual.

Segundo Sassen:

Esses "espaços" aos quais ela denominou de transnacionais estão localizados em territórios nacionais, controlados por Estados-Nacionais. São exemplos típicos desses locais, as zonas de processamento das exportações, os centros bancários, os novos mercados financeiros globais e as cidades globais. A localização dos espaços transnacionais em territórios nacionais define a atual fase da economia mundial, também denominada de economia global. (SASSEN, 1998 p.125).

É preciso observar que as diferentes formas de representação das identidades sociais presentes no espaço local, como, por exemplo, cultura e padrões de consumo, poderão sucumbir à tendência hegemônica da globalização.

As relações sociais locais não são inteiramente homogeneizadas pela economia global, posto que, as diferenças de constituição do ser identitário nas relações sociais presentes nos espaços locais, nem sempre são adaptadas como produtos na realização econômica dos atores globais. Os processos globais afetam a estrutura social local das cidades, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo, e criam novos padrões de desigualdade social urbana.

Giddens traz o oportuno entendimento de que:

A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. (GIDDENS, 1991, p.69 e 70).

Ao contrário do que fora previsto em algumas pesquisas e teorias, o espaço local não perdeu totalmente a sua importância com a expansão dos fenômenos globais, como a telecomunicações e rápida veiculação de informações.

No entendimento de Sassen:

Com a deteriorização da qualidade de vida da maioria dos povos na civilização contemporânea, os estudos que tratam das contradições da globalização não poderiam deixar de evidenciar as mazelas deste processo nas economias e nos Estados-Nacionais. O novo cenário, que se apresenta, a partir da década de 1990, cria desafios à participação cidadã pela consciência de um lado, da urgência de uma maior participação da sociedade nas decisões que afetam suas vidas e por outro, do avanço das políticas neoliberais engendradas com o auxílio de forças internacionais, que são aceitas pelo cidadão comum, resultando num misto de descrença e esperança. (SASSEN, 1998, pgs. 13-14).

Assim, para que se possa ter uma participação organizada, oportuno trazer o conceito de “participação cidadã” assim explicada por Teixeira:

A participação cidadã é um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos. Implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos (TEIXEIRA, 2001, p.139):

Depreende-se que a conciliação entre o que é global e que é local é um paradoxo importante e crucial com o qual as instituições, atualmente, se deparam.

As soluções mais justas seriam as que adotassem uma postura equilibrada, ou seja, aquelas em que ambos os pólos (local e global) estivessem equilibrados em sociedade. Se o global não tivesse supremacia sobre o local, não se geraria – como normalmente ocorre – um desequilíbrio – o qual só aumenta a pobreza e a desigualdade social no país.

Giddens, afirma que:

A globalização tem conseqüências em praticamente todas as esferas da nossa vida social, nem os cépticos nem os radicais compreenderam inteiramente o que é a globalização ou quais são as suas implicações em relação às nossas vidas. Para ambos, trata-se, antes de tudo, de um fenômeno de natureza econômica. O que é um erro. A globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica. (GIDDENS, 1991, p.102)

A sociedade brasileira passa por grandes mudanças na sua relação com o Estado, e mesmo na intra-relação dos sujeitos sociais que constituem a chamada sociedade civil organizada, ou seja, os movimentos sociais que lutam pelas conquista de direitos e afirmação de suas identidades. Tais mudanças coincidem

com o período de implementação de políticas neoliberais as quais, produzem tensões, conflitos e negociações dos sujeitos sociais com o Estado.

Segundo Teixeira:

O conceito de participação cidadã aprofunda-se requerendo mudanças na institucionalidade vigente, mas, ao mesmo tempo, autolimita-se concebendo campos de atuação próprios de cada esfera – sociedade civil, Estado e mercado, com suas lógicas próprias, sendo necessários, para tornar efetivo o papel de controle social, mecanismos transparentes. A sociedade civil tem condições de captar e tematizar problemas e de exercer um papel crítico e propositivo em relação às demais esferas e a ela mesma, apesar das restrições e barreiras que lhe impõem os sistemas (político e econômico) e as limitações da cultura política vigente na sociedade como um todo. (TEIXEIRA, 2001, p.102).

Exemplo dos novos conflitos - ocorridos entre a sociedade civil organizada e o Estado (no caso representado na figura do município) - foram os pesquisados nesta dissertação. As práticas realizadas pelos moradores dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza, fomentadas pelas Associações de Bairros, apontam para uma sociedade civil mais forte, com um conjunto de sujeitos sociais autênticos e inovadores de prática social.

Ainda, uma “nova” conscientização por parte dos movimentos sociais, que podem e devem exigir os seus direitos junto ao Estado, é evidenciada pelo surgimento de atitudes, comportamentos e valores que apontam para uma nova perspectiva da sociedade civil, com uma efetiva atuação destes sujeitos sociais nos processos organizativos da sociedade, os quais podem ser considerados elementos de uma nova cultura social e política.

Essa atuação social está garantida na Constituição Federal de 1988, tais garantias constitucionais não só asseguram o exercício da participação social nos espaços de luta por direitos dos cidadãos como produz um conjunto de relações sociais e políticas entre os sujeitos sociais e o Estado.

Ressalta-se que a atuação dos movimentos sociais urbanos tem se fortalecido, nas últimas décadas, com a redemocratização política brasileira e com um processo de organização desses sujeitos. Os participantes de movimentos urbanos geralmente vivem carências profundas de bens materiais e bens públicos, moram nas periferias dos grandes centros urbanos, sofrem a falta de emprego, além das ausências de serviços públicos de saneamento, saúde, educação e assistência social com qualidade e para todos.

Plausível pensar que os atores sociais se mobilizem, a fim de que não lhes sejam retirados estes direitos duramente conquistados, ainda mais quando há uma certa melhoria em suas condições de vida - como no caso das famílias pesquisadas (conforme dados coletados e analisados no capítulo anterior), cuja maior parte destas possui uma ocupação laboral, um lugar para morar e um formato organizativo em comunidade.

Importante lembrar que estes movimentos sociais populares se articularam em redes sociais, fóruns, que interligaram o local (Associações de Bairro), o regional (Comissão Estadual para Regularização Fundiária), o nacional (MNLN, Ministério das Cidades) e plataforma Dhesca (Internacional), globalizando-se, para ter mais força social e política e defender interesses e direitos de parcelas da população excluídas social e economicamente. Estes, pelas suas lutas, se constituem em sujeitos sociais coletivos, mesclados pela cultura política tradicional e cultura política de participação.

Nessa perspectiva, é importante compreender de que cultura política está se falando e quais as suas implicações para os sujeitos sociais coletivos.

Cultura política é aqui entendida em uma noção diferente do conceito de cultura tradicionalmente usada pela sociedade.

Segundo Hall (1999):

Refere-se a uma perspectiva de cultura que oferece elementos à sociedade para que esta busque os sentidos de suas formas de organização e das relações construídas pelos diferentes grupos e sujeitos sociais; cultura como "práticas sociais", voltadas para o campo do domínio das idéias; e cultura como "um modo de vida global" (HALL, 1999, p. 136).

Estas dimensões apontam para a construção das relações e das interações entre sujeitos sociais coletivos. São as práticas sociais, o fazer cotidiano, o dia-a-dia que constrói diferentes pontos de relação entre diferentes sujeitos os quais geralmente expressam seus valores, crenças, hábitos e modo de atuação sóciopolítico a partir de suas interações.

De acordo com Teixeira:

A participação aponta para duas frentes: a primeira, para a tomada de decisões com apresentação de demandas ao poder público e a deliberação de políticas públicas, como por exemplo, nos orçamentos participativos, nas conferências de políticas públicas e em alguns poucos conselhos setoriais, tipo o de saúde. A segunda refere-se à participação para o controle social,

acompanhamento da ação pública do gestor pela sociedade, que se efetiva nos conselhos setoriais fiscalizadores da implementação e do uso dos recursos nas políticas públicas. (TEIXEIRA, 2001, p.126).

Logo, depreende-se que estes sujeitos sociais vivem as conseqüências das mudanças da atualidade e, por isto, a construção de identidade, os elementos de cultura política e sua própria constituição, enquanto sujeitos, são aspectos fundamentais de se compreender para a emancipação social e política.

As lutas sociais engajadas pelas associações de bairro no município de Rio Grande/RS representam, antes de tudo, um caráter inovador da participação cidadã no poder local, ressaltando aspectos como: a participação comunitária e seu significado político em suas relações com os poderes locais, as conquistas que foram obtidas, o resgate da cidadania e os mecanismos e canais de participação no poder local.

Esta experiência enseja o surgimento de novos agentes e de mudanças na gestão local tradicional diante das organizações da sociedade civil (Associações De Bairro) – as articulações entre o local e o global, suas ambigüidades, perspectivas e limites políticos.

Assim, pode-se entender que os movimentos sociais deflagrados pelas Associações de Bairro do BGV e Santa Tereza tornaram-se um referencial promovendo uma articulação entre o poder local e estadual, e até mesmo internacional, buscando sempre o apoio de outros setores, com ações de caráter reivindicatório, denunciativo, mobilizatório e de debate público.

Conclui-se que tais ações coletivas são essenciais para o reconhecimento e efetivação de direitos e para a construção de novos direitos como suporte da sociedade civil, pois as ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil não se restringem ao local, pois muitos problemas afetam toda a região de Rio Grande e as decisões que requerem dependem de políticas públicas não somente municipais, mas também, estaduais e federais.

3.4 Políticas Públicas, espaço público urbano, conceitos e aplicações quanto à moradia.

Analisar a percepção do espaço local, como elemento chave, é concluir que este está diretamente associado ao processo de democratização do país, em que se configura a compreensão e constituição das formas administrativas municipais e descentralizadas enquanto espaço político e institucional das políticas sociais.

É neste sentido, que se tem no campo das políticas públicas uma das principais inovações, ou seja, o elevado grau de participação popular nos diferentes níveis de desenvolvimento e de implementação das mesmas.

Na sociedade atual, os espaços públicos surgem a partir do momento em que setores da sociedade começam emitir opinião e juízo sobre o Estado e dão publicidade a essa opinião. Mas o espaço público, como se entende hoje, não se restringe somente a essa capacidade de emitir e tornar pública a opinião. Tal espaço se constitui na sociedade atual, como espaço político-social, normatizado ou não pelo Estado, em que o conflito social se apresenta.

É indubitável que um dos aspectos essenciais do federalismo brasileiro traduz-se na existência da esfera local de competências autônomas, oriundas da Constituição Federal de 1988. É intrínseca a relação entre a previsão de competências constitucionais municipais e a construção de um direito social, como forma de apropriação do espaço público pela sociedade, em face do fator potencial que o espaço local possui para o exercício do controle sobre as decisões públicas.

Apesar de não ser o fator exclusivo para a garantia da construção de uma cidadania governante, é neste espaço sócio-político que melhor se manifestam os instrumentos de socialização.

Nos termos de como é concebida a participação popular pela Constituição Federal de 1988, ela está presente em todos os níveis de exercício do poder político. Porém, entende-se que o nível local é, seu *habitat* natural. A proximidade que essas comunidades, as quais possuem um contingente populacional menor, atinge junto aos governantes de seus municípios é elemento incentivador dessa participação.

Os atores sociais que compõe os movimentos sociais e exercem esta participação, contribuem também, para a construção de uma nova noção de cidadania, baseada na luta pelo direito, tanto no direito à igualdade como o direito à

diferença, na qual o cidadão participa ativamente, na gestão pública, sendo capaz de julgar e escolher seus dirigentes e reivindicar melhorias em suas condições de vida.

Em relação à dimensão social, não cabe somente ao Estado a implementação dos direitos, porém a sociedade civil também tem um papel relevante na luta pela efetivação dos mesmos, por intermédio dos movimentos sociais, sindicatos, associações – como as de bairro - centros de defesa e de educação, entre outros.

Logo, a luta pela universalização da cidadania constitui a parte fundamental dos movimentos populares. A noção de cidadania trazida pelos movimentos sociais tem como ponto de partida a consciência do “direito” a ser sujeito de “direitos” fazendo jus ao amparo legal e ao cumprimento das normas constitucionais como, por exemplo – o direito a moradia digna.

A forma específica de mobilização alcançada por estas associações de bairro na luta pela moradia, com espaços e identidades próprios dos movimentos de base, foi capaz de criar uma forma inovadora de atuação política e, de certa forma, isto, sinalizou o amadurecimento político da sociedade local, onde as relações sociais são medidas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses comuns, levando à abertura dos espaços públicos como espaços de permanente negociação.

Tais espaços trazem ao debate questões relevantes como à aplicabilidade dos preceitos contidos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), a qual regulariza direitos atinentes à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, aos transportes, ao trabalho, ao lazer, ao ambiente ecologicamente equilibrado, entre outros.

Nesta Lei, há uma centralização no problema da propriedade e da cidade, com o escopo de uma nova base jurídica para o desenvolvimento urbano com transformações sobre o direito da propriedade, incorporando a uma “nova” concepção de direitos urbanos e de sustentabilidade.

Segundo professor Mukai, sobre o Estatuto da Cidade, ainda regulamenta:

A institucionalização da gestão orçamentária participativa, com a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal. (MUKAI, 2001 p. 56)

A política urbana prevista na Constituição Federal e que propõe diretrizes para uma política de desenvolvimento urbano cujo objetivo deve ser o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem estar de seus habitantes, os problemas relacionados à moradia urbana não se resolvem em casos individualizados, e sim pela existência de organização coletiva da sociedade e pelo respeito aos mais elementares direitos da população.

Para que um planejamento urbano seja eficaz, é preciso que concentre, e efetue, as principais funções sociais da cidade: habitação, circulação, lazer e trabalho. Uma cidade só cumprirá a sua função social quando possibilitar aos seus habitantes uma moradia digna.

Importante constatar que é a partir da Constituição de 88, que ocorreram modificações com relação ao aumento de responsabilidades dos poderes municipais, sendo que a ampliação de poder e autonomia destes criou possibilidades de uma maior atuação e mudanças na escala local.

Uma dessas possibilidades alude ao planejamento urbano com a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes. Neste sentido, valoriza-se a possibilidade do Plano Diretor como instrumento de promoção da Reforma Urbana.

No ano de 2001, houve uma importante conquista, que foi a aprovação do Estatuto da Cidade, lei que regulamenta os artigos 182 e 183 que se referem à política urbana na Magna Carta de 1988.

Um dos instrumentos urbanísticos mais destacados do Estatuto da Cidade é a possibilidade da participação popular nos processos de planejamento e gestão dos municípios, o qual constituiu-se em um dos elementos mais importantes, para a construção da gestão democrática das cidades brasileiras.

O processo participativo relaciona-se muito ao nível de amadurecimento dos movimentos sociais e o envolvimento da população local.

No município de Rio Grande, o Plano Diretor está em vigor desde 1987, e necessitou de várias modificações e atualizações que refletissem a busca de soluções para os problemas da cidade e da população riograndina, os quais nem sempre foram contemplados.

CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou realizar uma análise em torno dos “novos movimentos sociais” observados no município de Rio Grande/RS que atuam através de mobilizações resistindo ao processo da globalização em esferas públicas locais. Constatou-se que o problema da luta pela moradia vivenciado por um número expressivo de famílias que residem em zonas adjacentes ao Porto de Rio Grande vai muito além de uma questão meramente habitacional.

Nos bairros pesquisados - Getúlio Vargas e Santa Tereza - verificou-se a importância da articulação entre os moradores e as lideranças nas associações de bairro, para que se efetivassem as mobilizações, a fim de que as desocupações fossem conduzidas de uma forma mais democrática e justa.

Também se faz presente a temática relacionada a análise e as interpretações sobre os novos movimentos sociais emergentes, os quais devem ser analisados correlacionando-os a uma determinada época e a um contexto social e político específico.

Esta abordagem desenvolveu-se a partir de uma trajetória que permitiu situar os movimentos sociais em diversos momentos de análise teórica e histórica. Logo, foi destacada a importância das mobilizações e do conseqüente

estabelecimento de redes sociais que surgiram como um meio e uma real possibilidade de resgate da cidadania.

Entendeu-se que a Teoria dos Novos Movimentos Sociais não visa somente à macroestrutura, pois valoriza o indivíduo, suas ações e cultura política, apresentando como protagonista um “novo” sujeito que tende a assumir uma identidade coletiva.

Neste trabalho há dois aspectos cruciais que foram analisados, primeiramente, as ações coletivas dos atores sociais que participam destes movimentos e em seguida, a identidade coletiva que se criou a partir de tais movimentos.

Quanto às ações coletivas percebeu-se que as mobilizações foram essenciais para que se conseguissem conquistas para os moradores dos dois bairros estudados. Estas ações partiram de reuniões nas associações de bairros que culminaram na elaboração de documentos (ofícios) os quais denunciavam a falta de diálogo dos entes públicos com a população. Tais ofícios foram levados ao MPE o qual instaurou inquéritos e cobrou providências da PMRG e SUPRG quanto à situação relatada.

Tais denúncias desencadearam situações importantes nas quais os moradores que atuavam nesses movimentos perceberam a importância de “somar” “forças” para obter várias conquistas importantes, sendo as principais: a) Não remoção destas pessoas para lugares distantes de suas origens com a construção de “novas” moradias que se aproximassem dos anseios das comunidades. b) Também, houve conquistas quanto ao tipo de construção a ser realizada, pois se priorizou o fato de que estas estivessem de acordo com a necessidade das classes trabalhadoras ali inseridas (por exemplo – construção de condomínio horizontal - e não de apartamentos - para atender aos que necessitam de um pátio, quer seja para a confecção de redes de pesca, ou para armazenamento de material reciclável, como no caso dos catadores).

Concluiu-se que houve uma aproximação entre os interesses das comunidades e do Poder Público Municipal, os quais devem ser fomentados e repensados continuamente, pois é preciso uma conscientização permanente de que mudanças somente serão possíveis através da mobilização coletiva.

Percebeu-se que as conquistas das associações de bairros foram motivadoras para uma maior participação popular. A resistência e as reivindicações vivenciadas extrapolaram a mera questão crítica, pois propuseram a valorização das mobilizações como novas alternativas para uma vida, talvez, mais solidária e justa.

Logo, tem-se que a consciência quanto à cidadania ‘resgatada’ nestes movimentos sociais foi precipuamente, a percepção de “direitos que criam novos direitos”.

No decorrer do trabalho diante das conquistas efetivadas, percebeu-se um aumento no número de atores sociais que procuraram engajar-se e participar ativamente destas reivindicações.

Isto vai ao encontro da concepção de que a mudança social é entendida enquanto nova ordem estrutural, e também como parte do sujeito, ou seja, para que se modifiquem estruturas sociais, econômicas e políticas são necessárias primeiramente, modificações na prática humana.

Com isso, acredita-se que as mudanças estruturais ocorram a partir das modificações nas práticas sociais dos atores, talvez por isso, muitos sujeitos sociais articulam suas redes, fóruns, para que seja possível consolidarem-se e assim, enfrentarem com “maior força” os desafios de uma sociedade globalizada.

A identidade dos atores sociais estabeleceu-se quando este “sujeito” ou “ator social” se identificou a partir da percepção das causas e das conseqüências dos problemas sociais e políticos de sua comunidade, e se uniu, provocando mudanças. Conclui-se que é dentro de tais vivências que se constrói a “identidade social” nos processos de mudança.

No caso estudado, partiu-se de um momento de indignação com a iminência das remoções das famílias, o qual provocou uma sensação de solidariedade e de identificação entre os atores envolvidos.

Com a formação das “redes” propiciadas por articulações das associações de bairro, surgiram propostas e novas discussões foram fomentadas para dirimir o conflito e com isso, conseqüentemente foi provocado o engajamento dos atores sociais os quais passam a exercer a sua cidadania.

Tal situação de construção deste “novo sujeito” possibilitou a abertura de um novo espaço de negociações e aproximação entre os órgãos públicos e a sociedade civil organizada que se encontrava alijada a todo esse processo de luta pela moradia

A participação cidadã ainda é um processo em construção, que permeia grupos específicos. Conclui-se que quando os atores sociais sentem-se atores diretos e partícipes das ações, desenvolvem uma co-responsabilidade que resulta no engajamento dos mesmos em prol de uma luta por interesses em comuns.

Desta forma, conclui-se ainda, que o espaço local é o campo favorável para se construir essa responsabilidade, que é potencializada pelo sentimento de solidariedade e pertencimento.

Eis que os movimentos sociais são representativos dos anseios de diversos grupos formados na sociedade, os quais buscam formas de atender suas demandas.

Importante ressaltar que houve uma ruptura com a concepção de “cidadão” entendida como - destinatário das políticas públicas, surgindo uma nova concepção de cidadania ativa e efetiva. Tal cidadania segundo os teóricos aqui trazidos, deve ser vista inclusive como emancipatória, pois foi construída através de uma interação no espaço público.

Os movimentos sociais muito vêm contribuindo na luta pela conquista da cidadania. Norteados pelo sentimento de justiça social, os movimentos ajudaram a construir novas formas de diálogo entre sociedade e Estado, marcando assim o novo cenário político brasileiro.

Entende-se que a cidadania é um processo de construção. Isto é visível nos movimentos populares, pois neles se buscam que sejam efetivados e realizados direitos fundamentais direcionando-se a reivindicação de questões que envolvem problemas sociais graves, como os da moradia.

Acredita-se que enquanto a sociedade não resolver suas desigualdades e exclusões, fomentar-se-ão lutas e movimentos.

De fato, as relações observadas no caso desses “novos atores” confirmam de modo consistente não apenas sua vocação, mas muito, além disso: a sua capacidade para agregar interesses e por fim consolidar lutas e reivindicações.

No caso em estudo, observou-se que as mobilizações ocorridas produziram efeitos na esfera pública, à medida que exigiram e ainda exigem a discussão e consolidação dos direitos das populações desfavorecidas. As mobilizações almejavam a correta aplicação dos recursos públicos, conforme as necessidades dos atores. Desta forma, os setores populares puderam garantir a sua participação nas decisões políticas.

Convém destacar que muitas redes têm tido a capacidade de tornarem-se locais e globais, através da conexão do espaço mundial com os assuntos locais.

Logo, tomando como referência as comunidades analisadas, se verificou que há segmentos de participação em níveis regional e mundial, pois foi feito um relatório de impacto sócio-ambiental por uma relatora vinculada aos movimentos sociais pela moradia, sendo esta também vinculada a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos (a qual possui vínculos com organismos internacionais).

No caso estudado, há um vínculo que se constrói permanentemente entre as pessoas que lutam por melhores condições de moradia. Observe-se que as comunidades dos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza se auto-organizaram e vincularam-se umas as outras, criando uma arena de participação popular dos moradores que seriam afetados por tais remoções.

Está presente a identificação entre os moradores os quais através das motivações oriundas das conquistas obtidas, verificaram que houve uma redefinição das relações de poder na sociedade civil. Isto ocorreu devido a forte mobilização e aos questionamentos da legitimidade das instituições e segmentos envolvidos.

Não se pode olvidar, contudo os limites encontrados quanto à problemática envolvida eis que, ainda, não há uma regularização fundiária das áreas estudadas. As moradias para as quais serão removidas as famílias em estudo apesar de ter sido ofertadas em locais próximos aos de origem, apenas minimizam o problema.

Por fim, anseia-se que esta luta pelo direito a moradia digna sirva como mola propulsora futura, para que o exemplo deste caso que ocorreu em Rio Grande, seja motivador para uma nova retomada de direitos e exercício de cidadania e melhorias sociais que garantam a preservação dos direitos, notadamente, preservando o das populações desfavorecidas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. *Ação Coletiva Cultura e sociedade Civil*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/> vol. 13, nº 37, junho de 1998. São Paulo.

ANTAQ, Agência Nacional dos Transportes Aquaviários. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/principaisportos.asp#>. Acesso em: julho de 2009.

CASTRO, Antônio Barros de Castro. *Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

COCCO, G. & SILVA, G. *Cidades e Portos. Os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

COSTA, Sergio. *Movimentos Sociais, Democratização e a construção de esferas públicas locais*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/> vol. 12, nº 35, fevereiro de 1997. São Paulo.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de La Rocha. *Superporto do Rio Grande: Plano e Realidade. Elementos para uma Discussão*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. *Porto do Rio Grande é destacado em anuário da ANTAQ* – Revista: Informativo dos Portos, Itajaí, Perfil, Edição nº 108, Ano XI, Agosto de 2008.

EDER, Klaus. *A Classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais?* Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/> vol. 16, nº 46, junho de 2001.

FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo. *Incertezas da sustentabilidade na globalização*. São Paulo, Editora da Unicamp. 1993.

FLICKINGER, Hans G. *Marx – nas pistas da desmistificação do capitalismo*. Porto Alegre: Editora LP&M, 1995.

GIDDENS, Anthony *As consequências da modernidade*, trad, de Raul Fiker. São Paulo, Editora Unesp 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/> vol.2. nº 1 (2), jan-julho 2004, p.75-91. Acesso em: 22 de julho de 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Editora Loyola, 2ª ed. 2006.

IANNI, Octavio. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais. Estudos Avançados [online]*. 1994, vol.8, n.21, pp. 147-163. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S 0103-40141994000200009. Revista scielo. Acesso em julho de 2009.

MARQUES, Daniela. 2004. Entrevista: a socióloga Maria da Glória Gohn sobre diversidade, ONGs e movimentos sociais em São Paulo. Setor3. Disponível em: <http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/7E34FE12A2C5303183256E210067A896?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=Entrevista>. Acesso em janeiro de 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande. Industrialização e Urbanidade*: Editora da FURG, 2006.

_____. *A visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa Tereza - Rio Grande - RS*. Dissertação (Mestrado) FURG - Rio Grande, 1997.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente - Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais. Lua Nova, nº 17. 1989.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. *O porto do Rio Grande no período de 1890-1930*. Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande: FURG, 1980.

MONIÉ, F. & SILVA, G. (org.). *A mobilização produtiva dos territórios. Instituições e logística do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2003.

MONIÉ Frédéric & VIDAL Soraia Maria do S. C. (2006): Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. *Revista de Administração Pública*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

MUKAI, Toshio. *O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.2001)*”, RDA 255, Rio de Janeiro, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

_____. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PORTO DO RIO GRANDE. Disponível em: <<http://www.portoriogrande.com.br>>. Acesso em: 11 de outubro de 2008.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfoses da cidadania*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SALVATORI, Elena & outros. *Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande*. Revista do IBGE, 1989.

SASSEN, Saskia. *As cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Sujeitos e Movimentos Sociais conectando-se através de redes* Disponível: <http://www.abdl.org.br/filemanager/download/573/Sujeitos%20e%20movimentos%20conectando-se%20atrav%C3%A9s%20de%20Redes.pdf>. Acesso em março de 2008.

_____. *Cidadania sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

_____. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.A.

_____. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.B.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Igualdade e Diversidade*. Tradução por Modesto Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

_____. *A sociologia da ação: uma abordagem teórica dos movimentos sociais*. In: Peralva et al. 1991.

_____. *Palavra e Sangue – Política e Sociedade na América Latina*. Campinas: Unicamp, 1989.

ANEXOS



FONTE PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE/RS - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, imagens cedidas pelo Eng.Cuchiara em dezembro de 2008. (mapa 01)



FONTE PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE/RS - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, imagens cedidas pelo Eng.Cuchiara em dezembro de 2008. (mapa 02)



Mapa do sistema portuário brasileiro

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional dos Transportes Aquaviários – 2008. (mapa 03)

APÊNDICE

Roteiro das entrevistas:**1) Quanto aos moradores e as lideranças dos bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza:****Questionou-se aos moradores:**

1. Gostaria que me contasse um pouco da história do bairro. Há quanto tempo o Sr. ou a Sra mora aqui?
2. O Sr. ou a Sra. trabalha? Se positivo, em que atividade? Sabe que trabalho exerce a vizinhança?
3. Como os moradores estão sentindo-se com esta remoção? Sabem como e quando vai ser realizada?
4. O Sr. ou a Sra. sabe quantas pessoas moram aqui? E quantas serão removidas?
5. Sabe para onde vão ser removidos?
6. A comunidade tem conhecimento do motivo dessas remoções?
7. Sabe quem está conduzindo este processo de remoções? Como se processaram as negociações com a Prefeitura? Mostraram algum projeto para a comunidade? Inicialmente foi feita alguma reunião que prestasse esclarecimentos a esta comunidade?
8. O Sr. ou a Sra. prefere continuar morando aqui ou mudar-se para outro local?

1.1) Quanto às lideranças:

1. Qual a sua trajetória no movimento de luta pela moradia?
3. O Senhor acredita que há, ou não, uma maior motivação dos moradores em reivindicar seus direitos?
4. Como são conduzidas as negociações junto aos órgãos públicos?
5. Quais as principais conquistas destas reivindicações?

2) Quanto aos representantes do Poder Público:

1. Como se iniciou o processo das remoções nos bairros afetados?
2. Qual o critério utilizado pela prefeitura para demarcar as áreas que seriam e serão desapropriadas?
3. Por que não houve a apresentação de um projeto para as comunidades no início deste processo de remoção?
4. O Senhor acredita ser importante a presença dos movimentos sociais e das Associações de Bairro em todas as negociações?
5. O Senhor acredita, ou não, que houve um avanço nas negociações entre a Prefeitura e os moradores após as assembléias, passeatas e mobilizações realizadas?
6. Como funciona esta parceria entre SUPRG e Prefeitura na condução do processo de remoções?
7. Não haveria outra possibilidade das comunidades não serem removidas?

CIDADE DE ÁGUEDA



IMAGENS CEDIDAS PELO MNLM – Acervo: Cristina Juliano, Rio Grande, 2007.

BAIRRO GETÚLIO VARGAS



IMAGENS CEDIDAS PELO MNLM – Acervo: Cristina Juliano, Rio Grande, 2007



IMAGENS CEDIDAS PELO MNLM – Acervo: Cristina Juliano, Rio Grande, 2007.

BAIRRO SANTA TEREZA



IMAGENS CEDIDAS PELO MNLM – Acervo: Cristina Juliano, Rio Grande, 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)